



PREVIDÊNCIA SOCIAL

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL/MPS

SECRETARIA-EXECUTIVA/SE

EM BRANCO

RELATÓRIO DE GESTÃO

PROCESSO DE TOMADA DE CONTAS

ANUAL - EXERCÍCIO 2008



Proteção para o trabalhador e sua família

1. Identificação

O presente relatório de gestão foi elaborado, de forma consolidada, em conformidade com a Norma de Execução nº. 03, aprovada pela Portaria nº 2238, expedida em 19 de dezembro de 2008 pela Secretaria Executiva da Controladoria-Geral da União e de acordo com as orientações contidas nas Decisões Normativas TCU nº 93/2008 e 94/2008, expedida pelo Tribunal de Contas da União em 3 de dezembro de 2008, e relata as principais ações desenvolvidas na Secretaria-Executiva, e unidades organizacionais a ela subordinadas, no exercício de 2008.

Tabela 1 – Dados identificadores da unidade jurisdicionada

Nome completo da unidade e sigla	Secretaria-Executiva – SE
Natureza jurídica	Órgão da Administração Direta
Vinculação ministerial	Ministério da Previdência Social – MPS
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União	Decreto nº 6.417, de 31 de março de 2008, publicado no DOU de 01 de abril de 2008, que aprovou a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Previdência Social, publicada no DOU de 01/04/2008 e Portaria MPS nº 173, de 02 de junho de 2008 (DOU de 04/06/2008) relativa ao Regimento Interno do MPS..
CNPJ	00394528/0001-92
Nome e código no SIAFI	330001 – Gabinete do Ministro 330002 – Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade 330004 – Coordenação-Geral de Recursos Humanos 330005 – Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais – UASG 330006 – Conselho de Recursos da Previdência Social – CRPS 330007 – Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração 330008 – Coordenação de Modernização e Informática - CGI 330015 – Secretaria-Executiva - SE, Assessoria de Gestão de Educação Continuada – AGECE 330087 – Assessoria de Pesquisas Estratégicas e de Gerenciamento de Riscos – APE-GR
Código da UJ titular do relatório	330015
Códigos das UJ abrangidas	330001; 330002; 330004; 330005; 330006; 330007; 330008; 330015 e 330087;
Endereço completo da sede	Esplanada dos Ministérios, Bloco F, 7º andar, Sala 701 – CEP 70059-900 – Telefones: (61) 2021-5885
Endereço da página institucional na internet	http://www.previdencia.gov.br
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento
Função de governo predominante	Previdência Social
Tipo de atividade	À Secretaria-Executiva compete assistir o Ministro de Estado na supervisão e coordenação das atividades das secretarias integrantes da estrutura do Ministério e das entidades a ele vinculadas, bem como exercer o papel de órgão setorial dos Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal – SIPEC, de Administração dos Recursos de Informação e Informática – SISP, de Serviços Gerais – SISG, de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal e de Contabilidade Federal, por intermédio da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração a ela subordinada.



2. Objetivos e metas institucionais e/ou programáticos

2.1. Responsabilidades institucionais – Papel da unidade na execução das Políticas Públicas

As responsabilidades do Gabinete do Ministro de Estado da Previdência Social consistem em assistir ao Ministro de Estado em sua representação política e social, ocupando-se das relações públicas e do preparo e despacho de seu expediente pessoal, bem como do acompanhamento dos projetos de interesse do Ministério, em tramitação no Congresso Nacional, e relacionamento institucional com as casas do Congresso Nacional, nos assuntos de competência da Pasta.

Observado o princípio de controle interno administrativo da segregação de funções, o Gabinete do Ministro compõe-se de uma Coordenação-Geral, de Assessorias Especiais, da Assessoria de Comunicação Social - ACS, de Assessoria de Assuntos Parlamentares, de um órgão setorial da AGU – a Consultoria Jurídica e do Conselho de Recursos da Previdência Social - CRPS.

No exercício de 2008, as principais políticas executadas no âmbito da Previdência Social tiveram como suporte o Gabinete do Ministro, responsável pela articulação das áreas envolvidas, acompanhamento e monitoramento de metas e prazos, coordenação e divulgação dos resultados e administração dos meios indispensáveis ao seu bom cumprimento.

O Gabinete do Ministro, em seu papel de articulador e suporte, fez-se atuante, na promoção dos encontros e debates com representantes de Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de órgãos e entidades da sociedade civil, da administração pública federal e dos poderes Legislativo e Judiciário, bem como na adoção das providências de infra-estrutura, deslocamentos, comunicações e publicação de atos.

A ACS coordena as atividades de assessoria de imprensa, relações públicas, publicidade e propaganda, editoração, produção gráfica e *web* editoria do Ministério, cabendo-lhe, inclusive, a edição de atos normativos complementares à sua execução e aplicação em todas as unidades de Comunicação Social. É responsável, assim, por coordenar as atribuições das Assessorias e Seções de Comunicação nos estados, para prestarem assessoramento técnico às unidades descentralizadas do INSS, da Dataprev e dos órgãos colegiados do Ministério.

Na ACS são executados programas e ações destinados à assessoria de imprensa e publicidade de utilidade pública, produção de folheteria e coordenação de toda a comunicação social do INSS e Dataprev.

A estrutura de pessoal da Assessoria e as ferramentas disponíveis (*internet*, publicações, vídeos, *clipping*, *mailing*, entre outros.) são utilizadas de forma a prestar informações à sociedade sobre os serviços, ações e programas da Previdência Social, assim como promover ampla divulgação acerca dos direitos e deveres dos seus segurados e beneficiários com base na legislação brasileira.

O CRPS é órgão de controle jurisdicional das decisões do INSS nos processos de interesse dos segurados e dos contribuintes da seguridade social e do próprio Instituto, conforme dispõe a legislação. É composto de 29 Juntas de Recursos, distribuídas por todas as unidades da federação e 04 Câmaras de Julgamento localizadas em Brasília, funcionando também como Conselho Pleno. É composto de representantes dos empregadores, dos trabalhadores e do Governo.

A Secretaria-Executiva tem como função precípua o assessoramento direto à supervisão ministerial. No exercício de seu papel institucional de promotora da governança, relaciona-se de forma sistemática e contínua com as unidades organizacionais da Pasta por meio de reuniões de trabalho orientadoras e organizadoras dos temas institucionais a serem pautados, visando aderência normativa e comunicação eficaz, com órgãos dos Controles Interno e Externo, contribuindo, dessa forma, no processo de governabilidade e sustentabilidade das Políticas Públicas do Governo Federal.



Entre as suas atividades destaca-se a de inteligência que tem por finalidade assessorar as autoridades, em seus respectivos níveis e áreas de atuação, sobre a segurança da sociedade e do Estado.

Nesse sentido, as atividades desenvolvidas pela APEGR têm como escopo a produção de conhecimentos com a finalidade de assessorar o MPS no planejamento e execução de suas atribuições legais, particularmente no combate aos ilícitos previdenciários e no gerenciamento de riscos de ações adversas, o que se constitui no exercício da Atividade de Inteligência Previdenciária.

Assim como a Inteligência Fiscal, a Inteligência Previdenciária assume características pró-ativas e reativas.

Quando pró-ativa está relacionada à obtenção e análise de informações, possibilitando a elaboração de cenários, visando ao combate dos ilícitos de natureza previdenciária e à identificação de vulnerabilidades e disfunções apontadas pelo gerenciamento de riscos.

Todavia, poderá assumir a característica reativa, quando direcionar suas ações à investigação de fatos ou situações adversas, auxiliando de forma decisiva na obtenção de provas e de indícios que poderão ser utilizadas, tanto para fins de responsabilização administrativa como para instruir representação criminal.

Desta forma, assume também importância, para o exercício da Atividade de Inteligência Previdenciária, uma política de segurança institucional a ser implementada por meio da adoção de um conjunto de medidas para proteção de suas instalações e servidores, bem como das informações sobre as quais tem o dever legal de manter e preservar o sigilo.

A partir de 2006, a APEGR voltou-se para a formulação de uma Doutrina de Inteligência Previdenciária, ainda não concluída. Contudo, alguns documentos de inteligência já estão padronizados. A esse respeito, está prevista para 2009, a constituição de um grupo de trabalho com a missão precípua de, até o final do exercício, elaborar a Doutrina de Inteligência Previdenciária.

A APEGR responde pela execução de ações que tem por objetivo principal a identificação de fraudes em benefícios previdenciários propiciando operações conjuntas com o Departamento de Polícia Federal (DPF) e o Ministério Público Federal (MPF) para esclarecimento desses ilícitos e responsabilização dos seus autores.

Em março de 2008, foi publicado o Decreto 6.417, que aprovou a nova estrutura do MPS, institucionalizando a Assessoria de Gestão de Educação Continuada - AGECE. Ato sequente, a Portaria MPS nº 173, de 02 de junho de 2008, estabeleceu o Regimento Interno do Ministério da Previdência Social definindo como suas atribuições a de elaborar, em conjunto com as áreas de desenvolvimento de pessoas do MPS, do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV, a proposta de Política de Formação Continuada da Previdência Social em conformidade com as diretrizes do Poder Executivo e subsidiar a elaboração dos planos anuais de capacitação do sistema previdenciário; promover a integração entre as áreas competentes visando fomentar estudos e pesquisas sobre capacitação previdenciária e desenvolvimento de pessoas, bem como promover a gestão do processo de educação a distância. Outra importante atribuição é a de apoiar o Secretário-Executivo na coordenação das ações do Comitê de Governança de Capacitação da Previdência Social.

A Assessoria de Cadastros Corporativos, por meio da gestão do Cadastro Nacional de Informação Social - CNIS tem como responsabilidades institucionais: (i) promover a integração dos Cadastros Sociais do governo, para fins de elaboração de políticas públicas na ampliação da cobertura previdenciária; (ii) fomentar a criação de Cadastros e disponibilizar as informações previdenciárias e trabalhistas aos órgãos governamentais e ao cidadão; (iii) qualificar a bases de dados para fins de controle e segurança das informações, bem como agilizar o atendimento ao público mediante a eliminação de documentos, além da redução da incidência de fraudes e, conseqüentemente, de pagamentos indevidos, fortalecendo a credibilidade da Previdência Social junto à sociedade.



Compete a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA, unidade subordinada à Secretaria Executiva, planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades de organização e modernização administrativa, bem como, na qualidade de órgão setorial dos Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal – SIPEC, de Administração dos Recursos de Informação e Informática – SISP, de Serviços Gerais – SISG, de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal e de Contabilidade Federal, atuar como consolidadora dos programas e ações das unidades abrangidas pela unidade jurisdicionada SE do MPS, inclusive o Gabinete do Ministro.

A SPOA atua como auxiliar na supervisão ministerial, assim como é responsável pela apresentação e sistematização de dados orçamentários, subsidiando o processo de tomada de decisão quanto à alocação e remanejamentos de recursos orçamentários, bem como a negociação e composição do orçamento do MPS e acompanhamento e monitoramento do cronograma financeiro para execução da despesa.

No exercício das suas atividades de coordenação e articulação entre atividades meio e finalísticas disponibiliza, atendidas as diretrizes do planejamento institucional, recursos humanos, materiais, financeiros e tecnológicos, que visam a implementação das iniciativas estratégicas e também de ações continuadas, com observância das diretrizes dos Órgãos Centrais dos Sistemas Federais.

Além das atribuições específicas, a SPOA atua, sobretudo, como o apoio técnico, logístico e administrativo à realização das Políticas Públicas a cargo desta Pasta. Nesse sentido, tem suas atividades espelhadas de maneira ampla em todas as áreas do MPS e é co-responsável pelo resultado de grande parte dos programas e ações sob a responsabilidade do MPS.

Por ter essa característica específica, a SPOA foi designada gerente do programa de Gestão da Política de Previdência Social.

O Programa 0750 – Administração da Unidade, através da Ação 2000 representa o programa de maior impacto operacional no MPS. Constitui um agregado de despesas de natureza administrativa que cria as condições operacionais necessárias ao pleno funcionamento de todas as secretarias finalísticas e demais unidades da Pasta, dotando-as dos recursos necessários ao desenvolvimento de suas atividades. Por meio desta ação, sob a responsabilidade técnica da SPOA, são realizadas despesas com serviços administrativos, pessoal ativo, manutenções da frota veicular, dos imóveis, gastos com tecnologia da informação, diárias e passagens, sistemas de informações gerenciais, entre outros.

A SPOA é composta por cinco Coordenações Gerais, abrangendo: gestão de pessoas; tecnologia da informação; logística e serviços gerais, orçamento e finanças e planejamento setorial. Possui, ainda, três unidades diretamente vinculadas responsáveis pelo apoio técnico, pagamento e execução orçamentária e financeira – em obediência ao princípio de segregação de funções – e a Unidade de Coordenação de Projetos, incorporada à SPOA a partir da nova estrutura, com a atribuição de supervisionar e acompanhar a execução de acordos de empréstimos com Organismos Internacionais.



2.2. Estratégia de atuação da unidade na execução das políticas públicas

O Gabinete do Ministro, pautado no princípio da economicidade, atuou para que as solicitações de viagens do próprio Gabinete, da Ouvidoria-Geral e do Conselho de Recursos da Previdência Social observassem os princípios administrativos, escolhendo bilhetes de menor preço, bem como fossem justificados os deslocamentos nos finais de semana; tendo como resultado, na via de consequência, a melhoria na organização dos processos de passagens e diárias.

Implementando a política de melhoria do atendimento à população, pela Previdência Social, o Ministro e sua equipe (Assessores e Dirigentes), levou a termo a elaboração de um Plano de Expansão da Rede de Atendimento em que está prevista a criação de 720 novas APS em todo Brasil em 2009. Nesse lastro, cabe destacar que em 2008, o Senhor Ministro inaugurou 23 unidades de atendimento da Previdência Social em diversos Estados, assinou acordos de cooperação técnica com órgãos e organismos diversos, sempre com a finalidade de proporcionar os instrumentos necessários à viabilização dessa política.

Ainda em 2008, o Ministro instituiu através da Portaria Nº 321 o Projeto de **Concepção e Implementação do processo de Gestão Estratégica na Previdência Social, com base na metodologia Balanced Scorecard – BSC**, que reúne o próprio Ministério e seus órgãos vinculados. Em dezembro de 2008, o Projeto definiu a Missão, a Visão de Futuro e os Direcionadores Estratégicos da Previdência Social, e os objetivos estratégicos, concluindo assim o **Mapa Estratégico da Previdência Social**.

O Projeto busca:

- Apoiar à modernização organizacional;
- Melhorar da qualidade de gestão;
- Racionalizar na utilização dos recursos organizacionais;
- Auxiliar na implementação da estratégia organizacional;
- Flexibilidade organizacional;
- Otimizar a gestão por meio de indicadores de desempenho;
- Alavancar a avaliação de melhorias dos processos;
- Adequar de instrumentos de aplicação de abordagens inovadoras;
- Implementar a gestão do conhecimento organizacional; e
- Viabilizar a gestão de competências.

Em 2008 O Gabinete do Ministro realizou 42 solenidades, destas, 23 foram de Inauguração de Agências de Previdência Social e oito foram de assinaturas de Cooperação técnica.

A ação da Assessoria de Assuntos Parlamentares procurou melhorar a dinâmica nas relações do Ministério com a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, visitando Comissões, Lideranças, Presidências das duas casas, reunindo deputados e senadores, estreitando relações de forma a construir um livre caminho, com diálogo, para as demandas do Ministério no Parlamento e vice-versa.

Alguns temas absorveram a maior parte das atividades da assessoria como as Emendas do Senado ao PL 01/07 que propõe o reajuste dos benefícios da Previdência Social pelos mesmos índices de correção do salário mínimo; o debate sobre o PL nº 3299/08, (Fator Previdenciário) e o debate sobre o PLS nº 58/03 que corrige os benefícios da Previdência Social acima do salário mínimo, as discussões sobre as necessidades orçamentárias para possibilitar a expansão da rede de atendimento em todo o país.

Tramitaram em 2008 no Congresso Nacional 158 proposições de interesse da Previdência Social, sendo 55 Matérias Novas, 20 Requerimentos (REQ), 17 Projetos de Lei de 2007, 14 Audiências Públicas, 09 Indicações (INC), 08 Medidas Provisórias, 08 Projeto de Lei de 2006, 07 Projeto de Lei de 2000 a 2005, 06 Projetos de Lei Complementar (PLP), 04 Projetos de Lei (PL) de 2008, 04 Projeto de Lei de 1995 a 1999, 04 Proposta de Emenda à Constituição (PEC) e 02 Projetos de Decreto legislativo (PDC).

A estratégia de atuação da Secretaria-Executiva e suas unidades organizacionais compreendem a diretriz da profissionalização da gestão, com foco no fortalecimento institucional, na responsabilização e na tomada de decisão pró-ativa.

No que tange à gestão de pessoas a AGECE procura atuar de forma articulada com a Coordenação e Diretorias de Recursos Humanos do MPS, INSS e Dataprev, com planos de ação decorrentes das necessidades de formação continuada nas três casas.

As demandas de capacitação a distância são geradas pelas áreas técnicas e de recursos humanos e transformados em projetos de capacitação a distância desenvolvidos em parceria com os demandantes. Os projetos de capacitação são executados seguindo as etapas de: desenho instrucional, produção, oferta e avaliação.

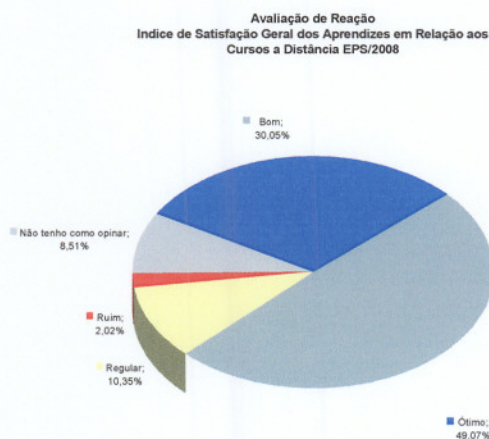
Os cursos on-line ofertados pela são disponibilizados em Ambiente Virtual de Aprendizagem – Moodle – sob responsabilidade técnica da DATAPREV. Os aprendizes recebem certificado de participação nas capacitações em que tenham sido aprovados.

Os projetos de capacitação foram avaliados pelas áreas demandantes do INSS e MPS, recebendo em média 9,2 de pontuação (escala de 0 a 10), conforme quadro abaixo:

Tabela 2

Avaliação da Área Demandante		
Projeto	Área Demandante	Avaliação
SAE e SGA - Qualidade no Atendimento	DIRAT	9,57
SAE e SGA - Qualidade na Gestão do Atendimento	DIRAT	9,57
SGA - Perícia Médica	DIRAT	9,57
NTEP	CRPS	10,00
TCE	DIROFCL	10,00
Formação de Tutores	EPS	7,57
ADP	EPS	8,14
GERAL		9,20

Os projetos de capacitação foram também avaliados pelos aprendizes, por meio de formulário de Avaliação de Reação, aplicado ao final dos cursos, 79,12% dos aprendizes consideraram o curso ótimo ou bom, 12,37% considerou regular ou ruim e 8,51% não opinou, conforme gráfico abaixo:



Parceira com o Programa de Educação Previdenciária – PEP



Dando continuidade à parceria com o PEP, em 2008 a Escola participou de projetos que contaram com a participação de entidades externas e tiveram como objetivo desenvolver materiais educativos para ações de disseminação dos direitos e deveres previdenciários para a população.

As ações realizadas em 2008 foram direcionadas à formação de monitores de telecentros das entidades parceiras Casa Brasil, SERPRO e Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio – MDIC para atuarem como disseminadores de informações sobre Previdência Social.

Foram realizadas três ofertas para o Casa Brasil e o SERPRO que alcançaram 400 aprendizes. As ofertas para os monitores do MDIC foram planejadas para 2009.

Todavia, a exigüidade de recursos humanos do quadro permanente do MPS ainda se faz presente. Neste sentido, faz-se necessária a autorização pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão-MP de concursos públicos para suprir o quadro permanente do Ministério.

Da mesma forma, seria recomendável, a alocação de servidores da Carreira de Finanças e Controle junto ao Assessor Especial de Controle Interno do MPS, no mesmo diapasão do permissivo do art. 3º da Portaria/MP nº 361, de 09/11/2007 (D.O.U. de 12/11/2007, Seção 1, p. 93), o qual autorizou a alocação de 80 Técnicos de Finanças e Controle e de 20 Analistas de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União nos demais Ministérios, após concurso público. Além disso, seria oportuno, que o MP – como órgão gestor do sistema de planejamento e gestão de pessoas do Governo Federal – alocasse mais Especialistas de Políticas Públicas e Gestão Governamental e Analistas de Planejamento e Orçamento APO nas unidades organizacionais da Secretaria-Executiva, principalmente no âmbito da SPOA.

Tais demandas poderiam contar, oportunamente, com o apoio do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do Egrégio Tribunal de Contas da União, cujas recomendações/determinações poderiam operar, alternativamente, pelo aproveitamento de candidatos aprovados em concurso realizado por outro órgão, dentro do Poder Executivo, na esteira de manifestações da Corte de Contas: Decisão nº 633/1994-TCU-Plenário; Decisão nº 627/1997-TCU-Plenário; e Decisão nº 212/1998-TCU-Plenário, por exemplo.

A estratégia de atuação da APEGR para o exercício de 2008 foi estabelecida a partir dos conhecimentos de inteligência produzidos no âmbito de suas representações estaduais, das denúncias oriundas da Ouvidoria-Geral do MPS, bem como dos indicativos de fraudes e irregularidades apontados pelo Sistema de Monitoramento e Análise das Informações da Previdência Social (MAIPREV). Esse sistema traz uma série de índices e percentuais que permitem a elaboração de relatórios gerenciais que apontam distorções, auxiliando, assim, na identificação de vulnerabilidades e de possíveis irregularidades praticadas contra a Previdência Social, na área de Benefícios Previdenciários e Assistenciais.

A evolução do quantitativo de benefícios trabalhados pela APEGR, em 2008, propiciou uma Economia Mensal aos cofres previdenciários da ordem de R\$2.508.704,10 (dois milhões, quinhentos e oito, mil setecentos e quatro reais e dez centavos).

No cumprimento das responsabilidades institucionais inerentes a Assessoria de Cadastros Cooperativos essa unidade, durante o ano de 2008, destacam-se as seguintes iniciativas: (i) constituição do comitê gestor do CNIS e comissão técnica para promoção da integração dos cadastros sociais do governo; (ii) concepção do projeto de cadastramento do segurado especial com objetivo do reconhecimento automático de direitos para o trabalhador rural, assim como foi implementado ao trabalhador urbano; (iii) elaboração e celebração de Acordos de Cooperação Técnica com órgãos que possuem bases de dados com informações sociais, com intuito de qualificar os cadastros de informações sociais do governo, em especial da área assistencial, trabalhista e sanitária; e (iv) execução de atividades do Projeto de Fortalecimento da Gestão de Políticas Públicas de Inclusão Social do Governo Federal Brasileiro, em parceria com a ENAP e MDS, e financiamento no sistema de contra-partida pela Agência Espanhola de Cooperação Internacional – AECID.



PREVIDÊNCIA SOCIAL
Ministério da Previdência Social

A Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA, no exercício de sua atividade típica de gestão administrativa e principal articuladora das atividades meio da organização, no ano de 2008 dedicou-se em fortalecer a gestão organizacional provendo soluções administrativas rápidas e integradas de forma a otimizar recursos e racionalizar os serviços prestados às unidades do Ministério, na busca de melhoria contínua dos processos e procedimentos e a implementação e aperfeiçoamento dos mecanismos de controle administrativo.

No primeiro semestre foi realizado o primeiro exercício de planejamento ou sistematização de ações integradas na SPOA que redundou no Plano de Trabalho e Atividades que foi o referencial das ações programadas pelas unidades subordinadas ao longo do ano. Ainda neste semestre, e continuando ao longo do ano, teve destaque a elaboração de instrumentos normativos diversos – normas operacionais, portarias e orientações internas, que objetivam disciplinar fluxos de trabalhos; racionalizar atividades e segregar funções e incentivar o uso intensivo de recursos tecnológicos, que contribuem no aprimoramento da gestão. Estão previstos para o ano de 2009 a continuidade na elaboração de normativos como forma de incentivo a melhoria contínua dos processos focando racionalidade e simplificação de procedimentos e agilidade no fluxo decisório sem perda de segurança e aderência legal.

Com as publicações do Decreto da Nova Estrutura e da Portaria MPS do Regimento Interno abriu-se uma nova linha de trabalho na Subsecretaria voltada remodelagem e adequação de competências na unidade por meio, inicialmente, do instituto de delegação de competências num movimento padronizado de descentralização de competências regimentais, operacionalizadas por meio da edição de portarias.

Os esforços de acompanhamento e monitoramento das aquisições e da gestão contratual foram intensificados no segundo semestre permitindo a introdução de uma nova ferramenta de controle, denominada Plano de Aquisições de Bens e Serviços e acompanhamento da gestão de contratos por Unidade de Gestão - UG, que, além de permitir a supervisão diária dos estágios ou fases das ações de compras, o redirecionamento estratégico das atividades e a articulação dos atores envolvidos nas distintas fases do processo.

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
PLANO DE AQUISIÇÕES DE BENS E SERVIÇOS - Revisão 16 de dezembro de 2008 - 9:16hs

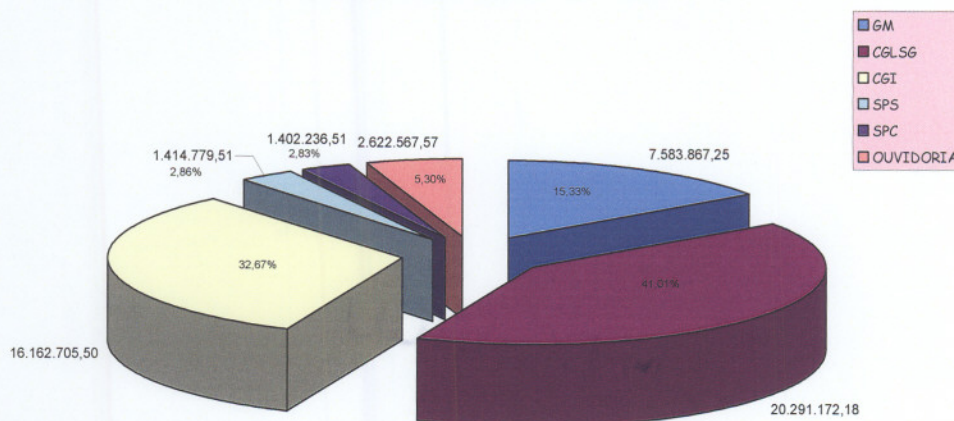
Nº	AÇÃO	PROJETO BÁSICO/TERMO REFERÊNCIA/NOTA INFORMATIVA		COTAÇÃO ELETRÔNICA/DISPENSA /INEXIGIBILIDADE		ELABORAÇÃO DE EDITAL OU PESQUISA DE PREÇOS		CERTIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA		CONJUR		PUBLICAÇÃO DO EDITAL	LICITAÇÃO		PUBLICAÇÃO Resultado da Licitação	VALOR DO EMPENHO	ASSINATURA DO CONTRATO /NE	OBSERVAÇÃO/ STATUS
		ENTRADA	SAÍDA	ENTRADA	SAÍDA	ENTRADA	SAÍDA	ENTRADA	SAÍDA	ENTRADA	SAÍDA		ENTRADA	SAÍDA				
GABINETE DO MINISTRO - UG 330001																		
1	Serviços de digitalização de Noticiários Televisivos	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK	12/12/2008	17.954,17	8/12/2008	Extrato de contrato nº 36/2008 publicado 12/12 - NOTA DE EMPENHO 2008 NE900995 04/12/2008 - VALOR GLOBAL DO CONTRATO R\$ 215.450,00 - Assinado contrato nº 36/2008 pelo SPOA em
SPOA/CGRH - UG 330004																		
1	Formação RH - Gestão de Pessoas	OK	OK	OK	OK	-	-	OK	OK	-	-	-	-	-	-	R\$ 7.900,00	NA	NE EM 03/12/2008 - CONCLUÍDO
SPOA/CGI - UG 330008																		
1	Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Instalação de Cabeamento Estruturado.	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK	18/11	05/12	10/12	19/12	19/12	19/12	22/12	23/12	COLIC - PREGÃO Nº 37/2008 - EDITAL PUBLICADO EM 10/12 - VALOR R\$ 2.094.000,00.
2	Aquisição de solução tecnológica integrada de segurança da informação contra códigos maliciosos - Antivírus.	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK	NA	NA	NA	NA	NA	NA	30.860,80	NA	ADESÃO, CONCLUÍDO
SPOA/CGLSG - UG 330005																		
1	Contratação de empresa para detetização e desratização.	OK	OK	OK	OK	NA	NA	OK	OK	NA	NA	NA	NA	NA	NA	3.580,00	NA	CONCLUSO EM 26/11/2008
2	Aquisição de material de consumo para abastecimento do almoxarifado central.	24/11	OK	NA	NA	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK	04/12	04/12	47.518,90	NA	A COPAG Nota de Empenho 12/12/2008 ADJUDICADO NO VALOR R\$ 49.081,90
3	Implantação do Plano de Combate ao Incêndio com fornecimento de materiais - Atendimento do Laudo do CBDF.	19/11	OK	NA	NA	04/12	05/12	08/12	08/12	12/12		12/12	24/12	24/12	24/12			Douta Conjur análise e Parecer em 12/12 AOMTE PARA CERTIFICAÇÃO EM 08/12/2008 100223,4.
SPOA/UCP - UG 330086 (PARSEP II)																		
1	Aquisição de Microcomputadores para o Programa PARSEP II	OK	OK	-	-	OK	15/12	10/12	11/12	15/12	16/12	17/12	30/12	30/12	30/12	30/12	31/12	OBS. 1: Desentranhamento do processo original pelo Gab/SPOA em 11/12/2008- OBS. 2: A CGLSG em 11/12/2008 para elaboração do Edital Padrão em 11/12/2008 - CERTIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - EM 10/12/2008
3	Aquisição de Servidores para o Programa PARSEP II	OK	OK	-	-	OK	15/12	10/12	11/12	15/12	16/12	17/12	30/12	30/12	30/12	30/12	31/12	OBS. 1: Desentranhamento do processo original pelo Gab/SPOA em 11/12/2008- OBS. 2: A CGLSG em 11/12/2008 para elaboração do Edital Padrão em 11/12/2008 - CERTIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - EM 10/12/2008



PREVIDÊNCIA SOCIAL
Ministério da Previdência Social

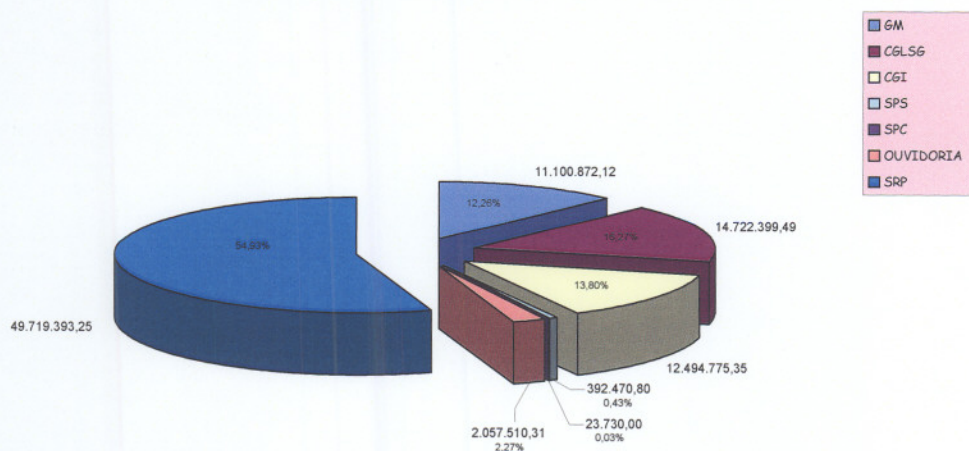
Foi implementado, ainda, instrumento de acompanhamento e monitoramento das vigências e aditivos contratuais. Aumentamos o quantitativo de contratos, passando de 96 em 2007, no montante de R\$ 90.511.151,32, para **114 contratos** que no conjunto representaram despesas de **R\$ 49.477.328,52**, o que reflete o esforço de planejamento e racionalização de gastos. Esses procedimentos e rotinas mais regulares de controle administrativo, contribuem para proporcionar maior agilidade, padronização, segurança e ordenamentos de prioridades da Administração.

GASTOS COM CONTRATOS - 2008



TOTAL: R\$ 49.477.328,52

GASTOS COM CONTRATOS - 2007



TOTAL: R\$ 90.511.151,32



Atendendo recomendação do Controle Interno, registrada no Relatório Nº: 207999, item 1.1.1.1, e visando aperfeiçoar o monitoramento dos resultados alcançados foi constituído Grupo de Trabalho para elaboração de indicadores de Logística. Pretende-se, em 2009, expandir esta experiência para outras unidades subordinadas e implementar pesquisas de satisfação com usuários dos serviços disponibilizados pela SPOA.

Continuando os esforços de racionalização e agilização das aquisições do MPS foi priorizado o uso das compras eletrônicas, principalmente, na modalidade de Pregão Eletrônico, operacionalizado no Portal de Compras do Governo Federal – *Comprasnet*, inclusive, com recursos internacionais, seguindo tendência de modernização na gestão de compras e internalização da condução dos procedimentos licitatórios na Unidade de Coordenação de Projetos. A condução negocial dos Pregões, previstas em lei, aliada a boa performance dos Pregoeiros permitiu numa economia de R\$ 6.015.247,00 representada pela diferença entre os valores referenciais dos processos licitatórios e os valores negociados nos certames.

Em 2008 foi incentivada a participação de membros da Equipe SPOA em diversos eventos de capacitação, com prioridade para cursos ou seminários diretamente relacionados as atividades rotineiras, permitindo, dessa forma, a melhoria do desempenho funcional. No âmbito da Política de incentivo à capacitação, especial atenção foi dada ao *Projeto Formar*, realizado em parceria com o Ministério do Planejamento, projeto voltado para aumento do nível de escolaridade dos servidores públicos, nos Ensinos Fundamental e Médio. Foi, ainda, utilizada a modalidade de treinamento em serviço como forma de promoção da troca de experiências de trabalho e aumento do desempenho.

Em relação à folha de pagamentos foram realizadas revisões de pensões e abonos de permanência e foi realizado o recadastramento de aposentados. Estas ações de controle resultaram em economia anual projetada de R\$ 170.105,52 (cento e setenta mil cento e cinco reais e cinquenta e dois centavos).

No ano de 2008 foi dada continuidade aos esforços de busca de soluções técnicas para os graves problemas de carência de recursos humanos, mais especificamente de servidores públicos – regidos pela Lei 8.112/90 – que possam atuar nas mais distintas unidades do MPS. Foram demandados estudos e levantamentos visando subsidiar o processo de tomada de decisão das autoridades constituídas e dos órgãos diretamente envolvidos com o tema, a saber: Ministério do Planejamento e Ministério Público da União. Para 2009 o grande desafio é iniciar o processo de recomposição da força de trabalho em bases sustentáveis considerando as limitações orçamentárias e as diretrizes legais sobre a questão.

A utilização do instituto do reconhecimento de dívidas sofreu sensível redução – decréscimo de, aproximadamente, 85% em relação a 2007 quando foi reconhecido R\$ 1.376.266,20 (um milhão trezentos e seis mil duzentos e sessenta e seis reais e vinte centavos) de dívidas. O esforço sistemático de maior previsibilidade e controle dos gastos aliado a gestão contratual focada no controle das vigências, permitiu o reconhecimento de dívidas em 2008, de apenas, R\$ 206.490,29 (duzentos e seis mil quatrocentos e noventa reais e vinte e nove centavos). Cabe destacar, ainda, a edição da Portaria MPS nº 172, e das Normas Operacionais dela derivadas, que permitiu, entre outros, o estabelecimento de co-reponsabilidades das Unidades Finalísticas na aprovação de Termos de Referência e Projetos Básicos e no ateste da prestação de serviços. Paralelamente, vem sendo realizado trabalho de orientação e monitoramento dos fiscais dos contratos, com ênfase em prazos e análise da vantajosidade nos aditamentos. Essa nova sistemática objetiva a maior aderência procedimental e legal-normativa.

A gestão patrimonial, também, mereceu atenção especial da Subsecretaria. Foi constituída Comissão Especial de Inventário, responsável pela elaboração de um amplo inventário de todos os bens do Ministério e dos bens adquiridos com recursos internacionais, no conjunto, mais de 38.000 (trinta e oito mil) móveis e equipamentos verificados in loco e de forma unitária, nas unidades do Ministério e de forma indireta, via controle no Sistema Cofre-Patrimônio e consulta às unidades do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB e Municípios diversos, para onde foram transferidos a maioria dos equipamentos adquiridos com recursos internacionais para uso nos Projetos balizados nos Acordos Internacionais.

Após sistemático esforço de racionalização dos pequenos gastos e normatização – com as publicações das Portaria/MPS nº 98, DOU em 28/03/2008 e Norma Operacional/SPOA nº 1, DOU em 24/04/2008, estabelece-se fluxos de utilização do Cartão de Crédito Corporativo, que passou a condição de instrumento obrigatório nas operações. Obtivemos uma redução de 69,90% na utilização do Cartão Corporativo e redução a quase zero das situações de saque. A funcionalidade de depósito na conta do suprido – modalidade tradicional foi desativada.



No ano de 2008 foram desenvolvidos esforços de interlocução e articulação junto à DATAPREV para renovação do atual contrato de prestação de serviços em novas bases priorizando a metodologia de pontos de função e o desenvolvimento de produtos e soluções tecnológicas e informacionais adequados à dinâmica do MPS, no valor de R\$ 14 milhões, aprofundando o processo de internalização na empresa pública DATAPREV dos sistemas estratégicos e Gestão, controle e fiscalização dos Regimes Próprios e Complementar, além de suas respectivas bases de dados, assegurando Controle Público sobre as citadas bases de relevância econômica e social.

Ainda, na condição de representante do MPS, a Subsecretaria estabeleceu a interlocução com TCU, CGU, PNUD, DATAPREV, INSS e Consórcio INFO_Prev com vistas a assinatura de Termo de Ajuste de Conduta – TAC sobre o desenvolvimento de sistemas informacionais e a migração de sistemas no âmbito do Sistema Previdência Social, assinado em 28/5/2008 e, posteriormente, participou de fóruns e mesas de negociação para resolução de conflitos de interesse e divergências contratuais com o PNUD e Consórcio INFO_PREV, sempre vigilante na defesa dos interesses da Previdência Social.

DETALHAMENTO SETORIAL

O Planejamento Setorial participou em 2008 de grandes realizações na área organizacional. Dentre elas, destaca-se a conclusão da negociação de avanços na estrutura do MPS junto ao Ministério do Planejamento, que culminou na publicação do novo Decreto de Estrutura. O Decreto, aprovado em 31 de março de 2008, trouxe várias melhorias como o reforço da Consultoria Jurídica, a criação do Departamento de Políticas de Saúde e Segurança Ocupacional e a reformulação da Secretaria de Previdência Complementar. Ato contínuo, finalizaram-se os trabalhos que levaram a publicação do Regimento Interno que não existia no MPS há mais de 20 anos. No conjunto estes dois marcos legais tem operado, gradativamente, mudanças e inovações na forma de organização do trabalho e na gestão das pessoas e processos trazendo maior racionalidade e transparência na definição de competências.

Seguindo as marcas alcançadas no ano anterior, o MPS foi um dos poucos órgãos de grande porte a alcançar a marca de 100% de preenchimento das ações no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPLAN, demonstrando o empenho dos gerentes e coordenadores de ação em prestar informações tempestivas referentes às ações governamentais. Neste contexto, a SPOA inovou o monitoramento do Plano Plurianual com a criação do Boletim Eletrônico do PPA. Este boletim, por meio da compilação de dados físicos e financeiros disponíveis, visa prestar aos gerentes, gerentes-executivos e coordenadores de ação, informações sobre a execução dos programas e ações do PPA, facilitando o preenchimento do SIGPlan.

Finalmente, e não menos importante que as demais ações, a SPOA é parte atuante no Projeto de Gestão Estratégica da Previdência Social, conduzido pelo Gabinete do Ministro, colaborando para construção do planejamento estratégico conjunto do MPS e seus órgãos vinculados com base na metodologia do *Balanced Scorecard*. O planejamento estratégico é a ferramenta que irá direcionar as metas e iniciativas da Previdência Social para o período de 2009 a 2015.

Na área de logística e serviços gerais verificou-se o planejamento das ações realizadas no exercício de 2008, buscando a melhoria contínua de seus procedimentos e metodologias de atuação, dentre as quais destacam-se:

- Aprimoramento das estruturas setoriais;
- Melhoria contínua dos fluxos de processos estabelecendo e monitorando prazos;
- Melhoria do quadro de pessoal, bem como a capacitação dos mesmos;
- Promoção de ações de conscientização de todas as Unidades, relacionadas aos procedimentos adequados à movimentação de bens móveis e recebimento de materiais;
- Estabelecimento de cronograma fixando prazos para o desenvolvimento de atividades e demandas de responsabilidades dos diversos setores que compõem a Coordenação;
- Avaliação contínua dos Contratos de Prestação de Serviços executados de forma continuada; e
- Melhoria e aprimoramento da metodologia de pesquisa de preços junto ao mercado e Órgãos Públicos.



Durante o exercício de 2008 as atividades foram desenvolvidas visando atender com maior presteza e agilidade as demandas dos diversos órgãos da Instituição, seja na condução de procedimento licitatório, na aquisição imediata de um bem ou serviço, ou até mesmo na melhoria do meio ambiente do trabalho.

Para atender as demandas dos órgãos deste Ministério foram realizados aproximadamente:

- 85 (oitenta e cinco) processos de Cotações Eletrônicas (pregãozinho) e Dispensas de Licitação;
- 04 (quatro) processos de inexigibilidades de licitação;
- 41 (quarenta e um) Pregões Eletrônicos;
- 02 (duas) Concorrências;
- 01 (uma) Tomadas de Preços, e
- 07 (sete) Convites.

Foram celebrados 43 (quarenta e três) novos Contratos Administrativos.

Os esforços desenvolvidos serviram para diminuir o tempo de conclusão dos procedimentos licitatórios, principalmente o Pregão Eletrônico que atualmente é executado em no máximo 57 (cinquenta e sete) dias, levando em consideração o momento em que se elabora a minuta do edital, até o momento da homologação do certame à empresa vencedora.

A Unidade de Orçamento, Finanças e Contabilidade, além do cumprimento de suas atividades de setorial orçamentária, financeira e de contabilidade, também dedicou especial atenção a geração de informações gerenciais para assessoria aos gestores do Órgão.

Nesse sentido, em 2008 foram desenvolvidas iniciativas no sentido de melhorar a qualidade e a tempestividade das informações, por meio da automatização da extração das informações, pelo foco na geração de informações gerenciais e pela gestão conjunta com o INSS do acompanhamento orçamentário/financeiro.

Até a implantação dessa sistemática, os relatórios eram elaborados unicamente em planilhas Excel e alimentadas manualmente. Os relatórios da área orçamentária eram atualizados manualmente a partir de consultas das células orçamentárias no SIAFI operacional, sendo que a atualização das informações demorava cerca de uma semana, prejudicando a tempestividade e a qualidade das informações. Para os relatórios financeiros também eram realizadas consultas do SIAFI Gerencial, mas ainda com foco, sobretudo, na disponibilidade de saldo em poder das UG e a receber da STN.

Com a entrada em produção do Sistema de Acompanhamento de Dados Orçamentários – SISAO em 2008, após a implantação em fase de teste em 2007, o carregamento da base de dados é diária, a partir de consultas completas no SIAFI Gerencial, que são inseridas de forma automatizada no banco de dados, permitindo a extração de relatórios detalhados ou consolidados, a partir de uma série de filtros. Cabe ressaltar que, devido à peculiaridade do SIAFI Gerencial, os relatórios orçamentários são expedidos com data contábil D+1.

Já a área financeira implantou sistemática de emissão de relatórios gerenciais diários automatizados, cujos dados são extraídos do SIAFI Gerencial. Esses relatórios fornecem informações tempestivas, consolidadas e detalhadas, relativas a restos a pagar, pagamentos do exercício, execução de créditos extraordinários, saldo financeiro, dados por anexo, acompanhamento de limites, valores repassados e sub-repassados as unidades gestoras subordinadas, dados orçamentários entre outros.

Por fim, em 2008 foi buscada a consolidação de dados orçamentários, em agregados de acompanhamentos, identificados e validados a partir da prática de reuniões periódicas das áreas de orçamento e finanças do MPS e INSS. Essa prática levou a padronização e unificação de relatórios de execução orçamentária e financeira da Previdência Social (Administração Direta e INSS).

Tais iniciativas levaram à melhoria da qualidade e consistência das informações, já que estas são constantemente cruzadas e verificadas por várias fontes, além de facilitar a gestão, visto que as reuniões ou atividades que demandam dados orçamentários/financeiros, contam com material tempestivo, em formato padrão,

com vários graus de consolidação ou detalhamento, facilitando a interlocução e a apresentação de informações à alta administração do órgão, para acompanhamento e tomada de decisões.

Na promoção da melhoria do ambiente do trabalho foram realizados diversos serviços tais como: troca de piso elevado do 9º e 8º andares do edifício sede; serviços de corrimãos e guarda-corpos; instalação de sistema de descarga atmosférica no edifício anexo e melhoria do sistema do edifício sede; banco automático de capacitores para correção do fator de energia; troca do resfriador líquido e da torre de arrefecimento do edifício anexo; troca de divisórias e lambris; manutenção de piso do edifício sede e anexo e instalação de painéis e persianas no edifício sede e anexo.

Registre-se que no exercício de 2008 houve uma economia de R\$ 6.015.247,41 (seis milhões, quinze mil, duzentos e quarenta e sete reais e quarenta e um centavos), na condução dos pregões eletrônicos, resultante da diferença entre o valor estimado pela administração e o valor efetivamente contratado.

A estratégia de atuação da área de informática tem se focado nas ações de relacionamento com as áreas finalísticas, nas especialidades de projetos e soluções e no desenvolvimento de sistemas.

A área de projetos e soluções atua no relacionamento com as áreas de negócio do MPS, no sentido de acompanhamento, orientação e controle da execução das demandas e necessidades de aplicação de TIC. A equipe é especializada, ou seja, cada gerente de negócios se destina a uma área específica. A estratégia empregada faz com que o profissional alocado se especialize nos termos técnicos, organização funcional do setor/área, negócio, entre outras características singulares de cada área. Essa área foi criada em meados de 2007 e os frutos deste trabalho já se refletem na otimização e racionalização das ações de TIC das áreas do MPS.

Na área de Desenvolvimento de Sistemas foi desenvolvido e implantado o novo Portal Internet do MPS, líder no Governo Federal no que se refere à quantidade de serviços oferecidos à população com uma média mensal de acessos de 2,5 (dois e meio) milhões. Os principais objetivos alcançados com a reformulação completa do antigo portal foram: 1) adequação da tecnologia aos padrões de acessibilidade requeridos pelo *e-Gov*; 2) implementação de uma ferramenta de publicação e gestão de conteúdo em software livre; 3) padronização visual; 4) aplicação de uma arquitetura de informação com foco na prestação de serviços; e 5) redução da demanda de atendimento nas Agências da Previdência Social, APS.

Como uma importante ferramenta de comunicação social, as seções Rádio Previdência, TV Previdência e Galeria de Imagens foram especialmente modernizadas. Desenvolvemos ainda vários sistemas em atendimento às áreas demandantes do MPS.

Durante todo o exercício de 2008 envidamos significativos esforços no sentido aprimorar a divisão de responsabilidades e competências que se configurou no detalhamento a partir de referências legais e normativos do que, em linhas gerais a Administração deve contratar, preferencialmente, da empresa pública com vistas a segurança da base de dados estratégicos e, de outro, a contratação de serviços e sistemas de suporte e apoio à gestão que não, necessariamente, exigem a competência específica da regra de negócio da Previdência Social, ou seja, o conhecimento especializado e inteligência para concessão e pagamento de benefícios. Dada essa Política de Informática para a contratação de serviços, promovemos o aprofundamento do processo de internalização dos sistemas e bases de dados dos Regimes Geral e Próprio e da Previdência Complementar na DATAPREV.

Esta ação exigiu a redefinição de escopos, bem como a convergência da contratação de serviços de uma empresa pública a parâmetros padrão de mercado, com qualidade na prestação de serviços com estabelecimento de mensuração de níveis de serviços, por meio do estabelecimento de Acordo de Nível de Serviços que passa a reger a Gestão deste Contrato. Assim, para a Dataprev foram destinados os serviços de:

- GRUPO I – Hospedagem e sustentação de sistemas finalísticos da Previdência Social (hosting);
- GRUPO II – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação:
 - Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas finalísticos;
 - Extrações de Dados do Cadastro Nacional de Informações;
 - Serviço de hospedagem de servidores (Colocation);



- Serviços de Suporte Técnico ao usuário nas unidades descentralizadas do MPS (Juntas de Recurso da Previdência Social, Escritórios Regionais da Secretaria de Previdência Complementar e Unidades descentralizadas da Assessoria de Pesquisas Estratégicas e Gerenciamento de Riscos).
- Serviços de Comunicação corporativa, compreendendo serviço de comunicação temporária de dados (Instalação e link).
- Acesso remoto a rede previdência (VPN);
- Serviço de mensageria corporativa (e-mail);
- Serviço de Instalação de Sistemas Corporativos;
- Elaboração do Anuário Estatístico da Previdência Social (AEPS); e
- Elaboração do Anuário Estatístico de Acidentes de Trabalho (AEAT).

Foram consolidadas também nesse período as ações de transferência para a DATAPREV dos sistemas de informação de caráter finalístico da Previdência Social, como os da Secretaria de Previdência Complementar (DRAA-WEB, SICADI), da Secretaria de Previdência Social (CADPREV) e da APEGR (MAIPREV), e a internalização na CGI dos sistemas de controle departamental e gestão interna do MPS (sistemas COFRE e CONTROLDIC).

Destinou-se a empresas de mercado os seguintes serviços:

- DESENVOLVIMENTO E EVOLUÇÃO DE SISTEMAS: desenvolvimento, manutenção, documentação e implantação de sistemas de informações departamentais e de gestão interna e controle do MPS;
- APOIO À GESTÃO DE TIC – apoio técnico especializado, visando à gestão e colaboração nos assuntos relacionados ao planejamento e adoção de melhores práticas de gestão na área de TIC do MPS.
- SUSTENTAÇÃO DO AMBIENTE DE TIC, compreendendo gestão de ambientes computacionais do MPS, administração dos serviços físicos e lógicos de rede e de telefonia, serviços de suporte técnico e atendimento aos usuários da infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, com operação de sistemas e aplicativos informatizados e, ainda, operação e gerenciamento do *datacenter* do MPS.

No tocante às ações de segurança da informação foi tomada uma decisão estratégica remetendo os trabalhos do então Comitê de Segurança da Informação da Previdência Social, CSI-PS, a instâncias superiores dos dirigentes do MPS, INSS e da Dataprev. Dessa maneira, publicou-se Portaria Conjunta MPS, INSS e Dataprev nº 01 de 05 de novembro de 2008, extinguindo o antigo CSI-PS e criando o Comitê de Segurança da Informação e Comunicações da Previdência Social, CSIC-PS, com uma nova estrutura definida em Portaria posterior (Portaria MPS nº 1256 de 10 de novembro de 2008).

Dentre os principais avanços logrados, destaca-se a publicação da Política de Segurança da Informação para a Previdência Social. Esse instrumento serve como base para a criação das demais normas acessórias a regulação dos temas de segurança das informações e comunicações no MPS, INSS e Dataprev.

Quanto a Modernização da Infraestrutura de TI do MPS foram adquiridos 20 (vinte) novos equipamentos (servidores de rede), com a finalidade de modernizar o atual parque computacional da CGI, que hospeda cerca de 100 (cem) bases de dados e mais de 35 (trinta e cinco) sistemas e aplicativos, com previsão de crescimento de 18 (dezoito) novos sistemas, além disso, elaborou-se um Termo de Referência, TDR, para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de instalação de Cabeamento Estruturado de dados e voz no órgão, atendendo aos requisitos do padrão Categoria 6. Foram adquiridos 2 (dois) equipamentos switches Fiber Channel, face a necessidade de ampliação da conexão dos servidores de rede com a solução de armazenamento (Storage Area Network - SAN). Também adquirimos 70 (setenta) switches de conectividade de rede para instalação nas unidades descentralizadas do MPS (Estados).

Visando a modernização do parque tecnológico do MPS e a sustentação operacional dos equipamentos, através de contratos de garantia com os fornecedores, adquirimos estações de trabalho (730), Impressoras a laser (70), estabilizadores (50) e notebooks (130).

Esta modernização ocorreu em razão dos ativos de informática encontrarem-se no limite de capacidade para sustentação dos serviços ofertados pelo órgão, com tecnologia ultrapassada e sem contrato de suporte técnico e garantia do fornecedor.

Implantamos 37 (trinta e sete) salas de videoconferência no MPS – Edifício Sede e Unidades Descentralizadas, Juntas de Recursos da Previdência Social, Escritórios Estaduais da SPC e Núcleos Regionais da APEGR, compreendendo a capacitação de funcionários na operação da nova tecnologia, valendo-se da própria tecnologia.

Com vistas a aumentar a amplitude de integração com as 179 salas de videoconferência do INSS e da Dataprev, elaboramos o processo de aquisição para expansão da capacidade da Unidade de Controle Multiponto (MCU), além da aquisição de novas licenças de softwares de gerência e para o equipamento *Gatekeeper*.

Dando continuidade à adoção de soluções de software livre no MPS as ações foram ampliadas em 2008. Para a implantação do controle patrimonial dos ativos de TI, com a utilização do Configurador Automático de Informações Computacionais, CACIC, foi executada a instalação do software agente em todas as estações de trabalho e computadores portáteis (notebooks) do MPS. A reestruturação do Portal WEB da Previdência Social foi um dos exemplos de êxito na implementação de software livre. Utilizou-se o sistema gerenciador de conteúdo *Joomla*.

A CGI manteve o desenvolvimento de sistemas em plataformas livres, adotando o JAVA e os SGBD's livres, MySql e PostgreSQL. Recentemente introduziu a linguagem PHP, agregada ao Joomla!, para elaboração de sites web. Como diretriz para a construção de novos sistemas adota exclusivamente as referidas tecnologias. O Nagios, aplicativo open source de monitoramento de serviços, é utilizado no ambiente operacional de servidores do MPS. Todos os servidores e serviços já estão sob monitoramento deste software.

Com vistas à redução de custos com serviços de telefonia a aderimos ao processo de aquisição conjunta da Administração Pública, realizado pelo Ministério do Planejamento, através do Pregão nº 37/2008, para contratação de empresa especializada para prestação de serviço de telefonia fixa para os órgãos aderentes.

Referente a modernização e maior eficiência, em 1º de agosto de 2008, o MPS integrou-se ao projeto INFOVIA/VOIP. Este projeto foi iniciado pelo Ministério do Planejamento com o intuito de criar uma rede segura com serviços de transmissão de voz entre os Órgãos por meio da interligação por fibras óticas, promovendo maior segurança e redução de custos de ligações entre os Órgãos participantes do projeto.





2.3. Programas

Os programas e ações da Previdência Social são, em sua grande maioria, geridos e executados em forma de parceria entre o MPS, INSS e Dataprev; implicando, em alguns casos, na gerência dos programas exercida por um ator institucional e a execução por outra organização.

A seguir os objetivos e metas – físicas e financeiras – registrados no Sistema de Informações Gerenciais e Planejamento – SIGPLAN.

2.3.1 Programa 0083 - Previdência Social Básica

Tabela 4 – Dados gerais do programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Garantir o reconhecimento dos direitos previdenciários e a regularidade do pagamento dos benefícios
Gerente do programa	Valdir Moysés Simão
Gerente executivo	Benedito Adalberto Brunca
Indicadores ou parâmetros utilizados	Taxa de Proteção da População acima de 60 anos pela Previdência Taxa de Retorno de Segurados Reabilitados para o Mercado de Trabalho Taxa de Solução de Demandas Taxa de Solução dos Processos em Estoque no Conselho de Recursos da Previdência Social
Público-alvo (beneficiários)	Segurados e dependentes do Regime Geral de Previdência Social

2.3.1.1 Ação 2015 - Funcionamento do Conselho de Recursos da Previdência Social do Programa 0083

Tabela 5 – Dados gerais da ação

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Assegurar recursos necessários ao funcionamento das Câmaras de Julgamento e das Juntas de Recursos, garantindo ao contribuinte e ao beneficiário do Regime Geral de Previdência Social o direito de impetrar recurso contra decisão do Instituto Nacional do Seguro Social.
Descrição	Aquisição de material de consumo, pagamento de diárias e passagens, aquisição de livros, revistas e contratação de pequenos serviços. As demais despesas de manutenção são efetuadas pelo INSS, tendo em vista que as Juntas estão localizadas em prédios do INSS.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Conselho de Recursos da Previdência Social
Unidades executoras	Conselho de Recursos da Previdência Social
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Não há
Coordenador nacional da ação	Salvador Marciano Pinto
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Não há

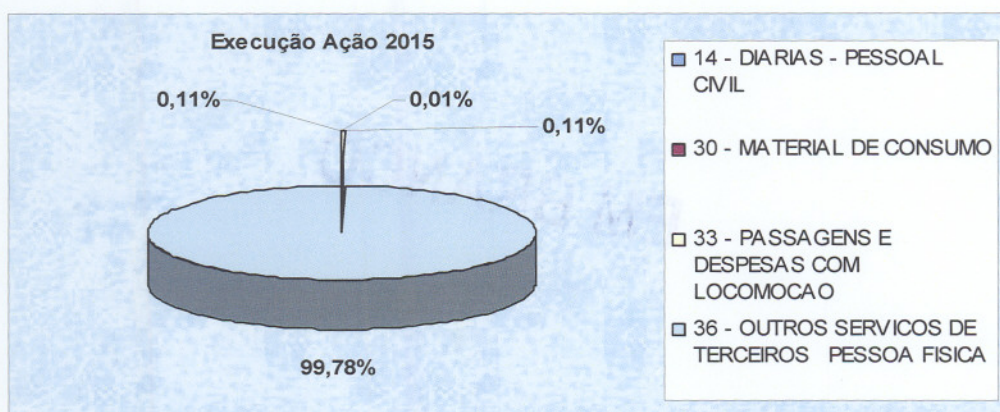
Tabela 6 – Metas e resultados da ação exercício



Meta	Previsão	Execução	Execução/Previsão %
Financeira	14.500.000	14.005.667	96,59%
Física	364.170	425.150	116,74%

Fonte: SIGPlan

Com objetivo de assegurar os recursos necessários ao funcionamento das Câmaras de Julgamento e das Juntas de Recursos, no intuito de garantir ao contribuinte e ao beneficiário do Regime Geral de Previdência Social o direito de impetrar recurso contra decisão do Instituto Nacional do Seguro Social, foi executado, aproximadamente, 99,78% com o Pagamento de Gratificação por Relatoria. Também são utilizados recursos para despesas com deslocamentos, diárias e passagens aéreas, para supervisão e reuniões específicas e material de consumo totalizando o percentual de 0,22% do total executado, conforme quadro a seguir:



Os dados físicos são obtidos das Juntas de Recursos e Câmaras de Julgamento, através de mapas estatísticos dos julgamentos realizados mensalmente.

2.3.1.2 Ação 2564 - Gestão de Cadastros para a Previdência Social

Tabela 7 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir a confiabilidade e segurança das informações dos segurados e dependentes do RGPS objetivando a otimização do processo de reconhecimento e manutenção de direitos ao recebimento de benefícios administrados pelo INSS, possibilitando maior controle por parte da sociedade, reduzindo a incidência de fraudes e, conseqüentemente, de pagamentos indevidos.
Descrição	Essa ação consiste na manutenção e atualização dos cadastros de segurados e dependentes do RGPS, provenientes de diversas bases de dados do Governo Federal, destacando-se o Programa de Integração Social - PIS / Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP / Contribuinte Individual, a Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED, a Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência - GFIP, o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, e o Cadastro Específico do INSS - CEI. Esse conjunto de dados migra para a base o Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS, objetivando



	agilizar a resolução das demandas oriundas da clientela previdenciária.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Instituto Nacional do Seguro Social
Coordenador nacional da ação	Sílvio Mattar
Unidades executoras	Divisão de Administração de Cadastros de Benefícios
Área responsável por gerenciamento ou execução da ação	Divisão de Administração de Cadastros de Benefícios
Competências Institucionais requeridas para a execução da ação	Competência Regimental

Tabela 8 – Metas e resultados da ação exercício

Meta	Previsão	Execução	Execução/Previsão %
Financeira	95.111.115	72.611.114	76,34
Física	3.228.482	2.575.271,713	79,77

Fonte: SIGPlan

CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO (2007)

Tabela 9

Meta	Previsão	Execução	Execução/Previsão %
Financeira	14.902	0	0
Física	Não há	-	-

Fonte: SIGPlan

RESTOS A PAGAR

Tabela 10

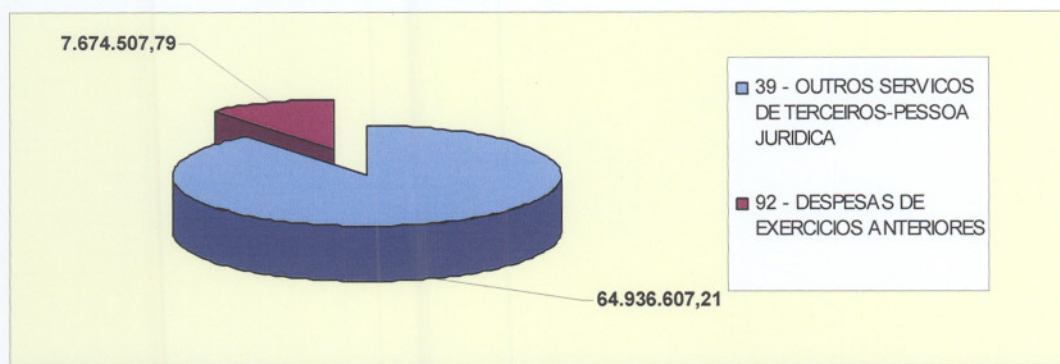
Meta	Previsão	Execução	Execução/Previsão %
Financeira	6.675.407	6.675.407	100%
Física	Não há-	-	-

Fonte: SIGPlan

A Unidade Orçamentária da ação Gestão de Cadastros para a Previdência Social é o INSS, mas a Coordenação está no MPS. Portanto, a prestação de contas da referida ação comporá o Relatório de Gestão do INSS.

Os valores utilizados na ação 2564 são, especificamente, para arcar com as despesas com o pagamento da manutenção e atualização do cadastro. Cabe esclarecer que em face de orçamento insuficiente em exercícios anteriores ficaram diversos processos aguardando suplementação de recursos específicos. Em 2008 foram pagos processos dos anos de 2002 a 2004, representando 11% da execução total do ano. A diferença executada foi com serviços de terceiros de pessoa jurídica, especificamente, para honrar o contrato firmado com a Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social – Dataprev. Além dos valores previstos na LOA 2008 foram pagos processos do exercício anterior no valor de R\$6.675.407 utilizando o RAP inscrito em 2007 com esta finalidade.

A título de complementação informamos que o crédito extraordinário de R\$14.902,00 aprovado em 2007 não foi utilizado.



O Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS é a base de dados nacional que contém informações cadastrais de trabalhadores empregados, contribuintes individuais, empregadores, vínculos empregatícios e remunerações. A utilização do CNIS, para o reconhecimento dos direitos previdenciários, vem tornando mais simples e menos burocrático o processo de concessão de benefícios, por disponibilizar informações a respeito da vida laboral do trabalhador. Outra grande contribuição dessa ferramenta é a sua utilização no processo de detecção de fraudes e desvios na concessão de benefícios previdenciários e trabalhistas e, conseqüentemente, de pagamentos indevidos, mediante o cruzamento das informações administradas pelos vários sistemas governamentais.

O CNIS foi objeto de profunda reformulação em 2008, a qual será concluída em 2009. Foi dado andamento ao processo de modernização tecnológica, contemplando ainda a implantação das disposições da Lei Complementar nº 128/08, que marca o início de uma nova etapa no modelo de operacionalização do INSS.

O produto da ação, informação processada, tem caráter não cumulativo, uma vez que é informada a situação mensal da quantidade de registros armazenados, o que por si só já caracteriza um valor de estoque. Dessa forma, o total observado para o ano de 2008 não foi de 2,5 bilhões registros, como previsto pela LOA, mas sim o referente à posição de dezembro, ou seja, 219,89 milhões. Vale ressaltar que para esta ação, com dotação inicial de R\$ 66 milhões, foram aprovados créditos adicional e extraordinário totalizando R\$ 95,1 milhões, deste valor foi executado 76,34%.

Conforme se pode observar na planilha, os resultados foram alcançados sem que houvesse a utilização de todo o valor programado, no que diz respeito tanto ao físico quanto ao financeiro. Não houve qualquer restrição na execução da ação e o CNIS está funcionando dentro do que foi planejado, com o carregamento das informações e com a realização de consultas.

O valor de R\$ 14.902,00 refere-se crédito extraordinário concedido no 3º quadrimestre de 2007 e não utilizado.

O valor de R\$ 6.675.407,00 corresponde ao valor empenhado e liquidado em 2007 referente a dívida de exercícios anteriores cujo pagamento ocorreu no exercício de 2008.

2.3.2 Programa 0086 – Previdência Complementar

Tabela 11 – Dados gerais do programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Zelar pela segurança, liquidez e solvência dos planos de benefícios das entidades fechadas de previdência complementar, assegurando aos participantes e assistidos o direito ao benefício contratado e incentivar a expansão do sistema de previdência complementar fechado visando a formação de poupança estável e a socialização do capital.
Gerente do programa	Ricardo Pena Pinheiro
Gerente executivo	Adriana da Silva pereira
Indicadores ou parâmetros utilizados	Taxa de Ativos Totais das Entidades Fechadas de Previdência Privada em Relação ao Produto Interno Bruto (PIB)
Público-alvo (beneficiários)	Participantes e assistidos atuais e potenciais de entidades fechadas de previdência complementar

2.3.2.1 Ação 4641 – Publicidade de Utilidade Pública do programa 0086

Tabela 12 – Dados gerais da ação

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Informar, orientar, avisar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais reais, visando melhorar a sua qualidade de vida.
Descrição	A ação se desenvolverá por meio de divulgação de conteúdos vinculados a objetivos sociais de interesse público, que assumam caráter educativo, informativo, de mobilização ou de orientação social, ou ainda que contenha uma orientação à população que a habilite ao usufruto de bens ou serviços públicos e que expresse, com objetividade e clareza, mediante a utilização de linguagem de fácil entendimento para o cidadão.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Assessoria de Comunicação Social/GM
Unidades executoras	Gabinete do Ministro/MPS
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Não há áreas correlatas
Coordenador nacional da ação	Maria de Fátima Gomes de Lima
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Não há

Tabela 13 – Metas e resultados da ação exercício

Meta	Previsão	Execução	Execução/Previsão %
Financeira	500.000,00	500.000,00	100,00%
Física	Não há	-	-

Fonte: SIGPlan

Comentários na ação similar existente no programa 0087.

2.3.3 Programa 0087 – Gestão da Política de Previdência Social

Esse programa tem a finalidade de coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de previdência social.

Tabela 14 – Dados gerais do programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de previdência social
Gerente do programa	Carlos Augusto Simões Gonçalves
Gerente executivo	Marcos Santos Kroll
Indicadores ou parâmetros utilizados	Este Programa não possui indicador
Público-alvo (beneficiários)	Governo

Tabela 15 - Ações do programa executadas nesta Unidade Jurisdicionada:

Código	Denominação	Unidade Administrativa Responsável
2272	Gestão e Administração do Programa	Secretaria Executiva
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	Coordenação-Geral de Recursos Humanos
8452	Combate às Fraudes de Natureza Previdenciária	Assessoria de Pesquisa Estratégica e de Gerenciamento de Riscos
4641	Publicidade de Utilidade Pública	Assessoria de Comunicação Social/GM

2.3.3.1 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Tabela 16 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Previdência Social
Unidades executoras	Coordenação-Geral de Orc. Fin.e Contabilidade Coord.de Logística e Serviços Gerais Coordenação Geral de Modernização e Informat. Secretaria de Políticas de Previdência Social



PREVIDÊNCIA SOCIAL

Ministério da Previdência Social

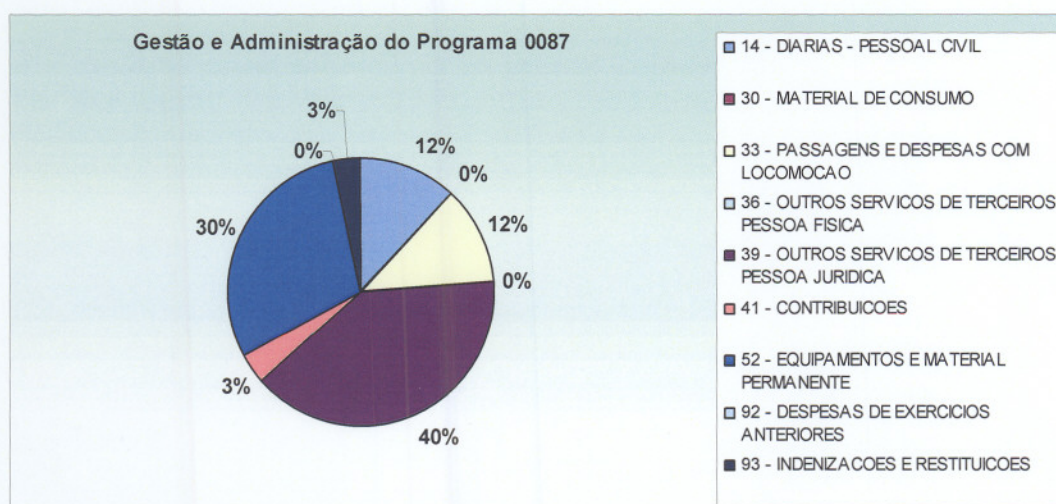
	Secretaria Executiva / MPS Assessoria de Planejamento Estratégico / APE Secretaria de Previdência Complementar Programa de Apoio a Modernização Gest. Sist. Previdência Social
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Secretaria-Executiva
Coordenador nacional da ação	Cláudia Maria Lima de Souza
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	-

Tabela 17 – Metas e resultados da ação exercício

Meta	Previsão	Execução	Execução/Previsão %
Financeira	10.817.650,00	5.943.928,00	54,95%
Física	Não há	-	-

Fonte: SIGPlan

Constata-se, no quadro a seguir que 40% dos recursos foram utilizados com contratação de serviços de terceiros, dos quais 80% foi comprometido com a manutenção de bens imóveis e 17% com manutenção de máquinas e equipamentos. Foram adquiridos equipamentos de processamento de dados necessários à modernização da Gestão da Política da Previdência Social, além das despesas normais como diárias, passagens, material de consumo, contribuições relacionadas às ações do programa.



2.3.3.2 Ação 4572 – Capacitação dos Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Tabela 18 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Previdência Social
Coordenador nacional da ação	Josimária Bezerra Araujo
Unidades executoras	Coordenação Geral de Recursos Humanos/MPS Coordenação-Geral de Orc. Fin.e Contabilidade Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais/ MPS CGRH
Área responsável por gerenciamento ou execução da ação	CGRH
Competências Institucionais requeridas para a execução da ação	Competência Regimental

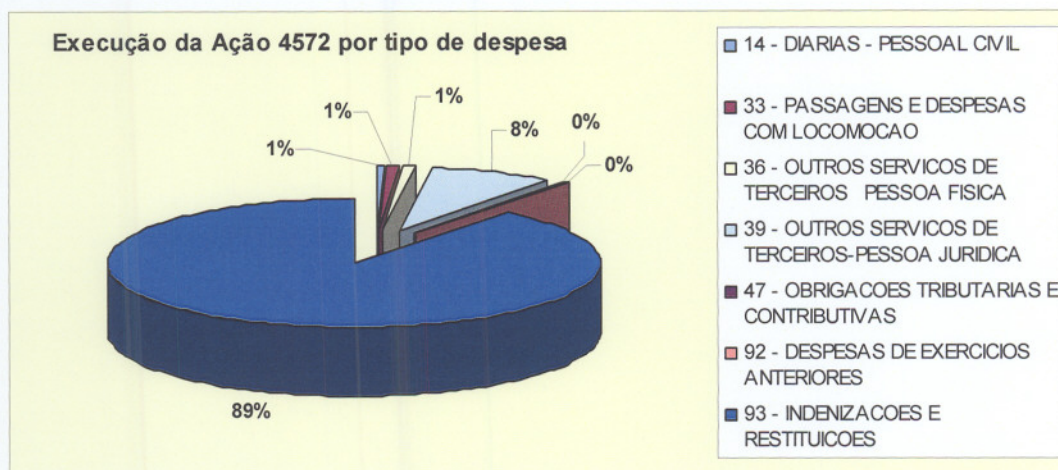
Tabela 19 – Metas e resultados da ação exercício

Meta	Previsão	Execução	Execução/Previsão %
Financeira	2.121.350,00	1.370.438,00	64,60%
Física	1.663	106	6,37%

Fonte: SIGPlan

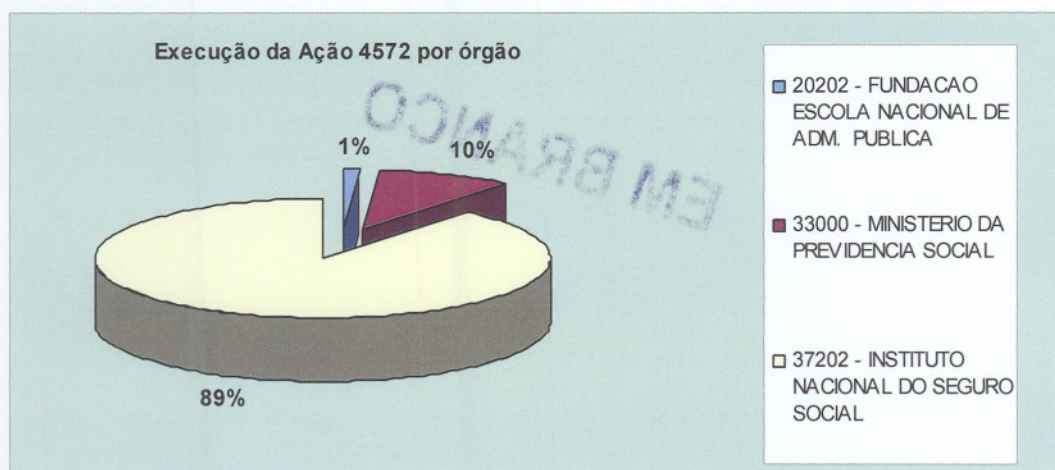
Dos recursos liberados pela Lei Orçamentária Anual para operacionalização da Ação, foi executado o valor de R\$ 1.370.438,00, o que significa 64,60% do orçamento previsto. Trata-se de ação que é realizada seguindo a previsão de capacitação para 1.663 servidores, conforme consta na programação física e financeira do exercício anterior. Após o levantamento de documentação da Ação foi alimentada a meta física anual esclarecendo que 7 (sete) servidores iniciaram curso de Pós-Graduação com parcelas iniciadas no exercício de 2007 e serão estendidas até o exercício de 2009. Ainda foram iniciadas 6 (seis) Pós-Graduação no exercício de 2006 que estenderam-se até 2008.





Dos valores executados, observa-se que 89% foram destinados a indenizações de bolsa estudos para os servidores.

No mês de outubro/2008, foi destacado pelo MPS o valor de R\$1.500.000,00, para o INSS. A Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Pessoas/INSS informou que foi utilizado para o pagamento de cerca de 350 (trezentos e cinquenta) bolsas de estudo - empenho/liquidado no valor de R\$1.223.613,94. Além desse valor foram executados pela ENAP o valor de R\$ 14.077,60. Assim, o MPS executou diretamente o valor de R\$ 132.745,43 para a realização de 106 capacitações.



As ações de capacitação promovidas no ano de 2008 no Ministério da Previdência Social contemplam as demandas apresentadas pelas diversas áreas do Órgão.

Lembramos que o Programa de Educação Continuada a distância, encontra-se sob a competência da Assessoria de Gestão de Educação Continuada – AGECE, para formular projetos de capacitação que possam ser executados no município de residência do servidor, sem a necessidade de deslocamento para outra região do país, o que inclusive é recomendação do TCU.

Foram efetuadas parcerias importantes para a realização de cursos com a Escola Nacional de Administração Pública – ENAP e Ministério do Planejamento, importante instrumento para o desenvolvimento da

qualificação do servidor público destacamos o Projeto Formar que em 2008 capacitou 27 (vinte e sete) servidores deste Órgão.

Outras ações de capacitação não foram realizadas, pela ausência de infraestrutura (espaço físico próprio) que sirva de centro de treinamento permanente para os servidores do MPS, exigindo a locação de espaços externos, o que onera a Administração e dificulta o cumprimento dos cronogramas anuais de capacitação.

2.3.3.3 Ação 8452 - Combate às Fraudes de Natureza Previdenciária do Programa 0087

Tabela 20 – Dados gerais da ação

Tipo	Operações Especiais
Finalidade	Produzir conhecimento estratégico visando a identificação de fatos ou situações em desconformidade com a legislação previdenciária, tendo em vista o saneamento de atos lesivos ao patrimônio da Previdência Social.
Descrição	Consiste na investigação de fraudes previdenciárias mediante a instituição de Grupos de Trabalho integrantes de Forças-Tarefas Previdenciárias, bem como o acompanhamento em operações em cumprimento a mandados de prisões e busca e apreensão de documentos procedidos pela Polícia Federal. As atividades são desenvolvidas por servidores capacitados na área de inteligência e sistemas informatizados desenvolvidos para fins de utilização pela APE-GR, sendo as ações executadas com o apoio do Ministério da Justiça e Associação Brasileira de Inteligência - ABIN, mediante convênio e são, periodicamente, avaliadas mediante reuniões de coordenação e controle com os coordenadores das APE-GR regionais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Previdência Social
Coordenador nacional da ação	Dilmar Pregardier
Unidades executoras	Assessoria de Pesquisa Estratégica e de Gerenciamento de Riscos
Área responsável por gerenciamento ou execução da ação	Assessoria de Pesquisa Estratégica e de Gerenciamento de Riscos
Competências Institucionais requeridas para a execução da ação	Competência Regimental

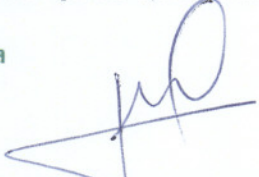
Tabela 21 – Metas e resultados da ação exercício

Meta	Previsão	Execução	Execução/Previsão %
Financeira	5.441.608	3.159.178	58,06%
Física	27	42	155,56%

Fonte: SIGPlan

A ação 8452 - Combate às Fraudes de Natureza Previdenciária coordenada pela APEGR trabalha na identificação de fraudes em benefícios previdenciários propiciando operações conjuntas com o DPF e o MPF para o esclarecimento dos ilícitos e responsabilização dos seus autores; produção de Conhecimentos de Inteligência e realização de Acordos de Cooperação Técnica com vistas ao intercâmbio de informações.

Os gastos desta ação com diárias e passagens chegam a 94% do total executado. No entanto não poderia ser diferente, pois todas as ações envolvem deslocamentos. Cabe esclarecer que as ações voltadas a



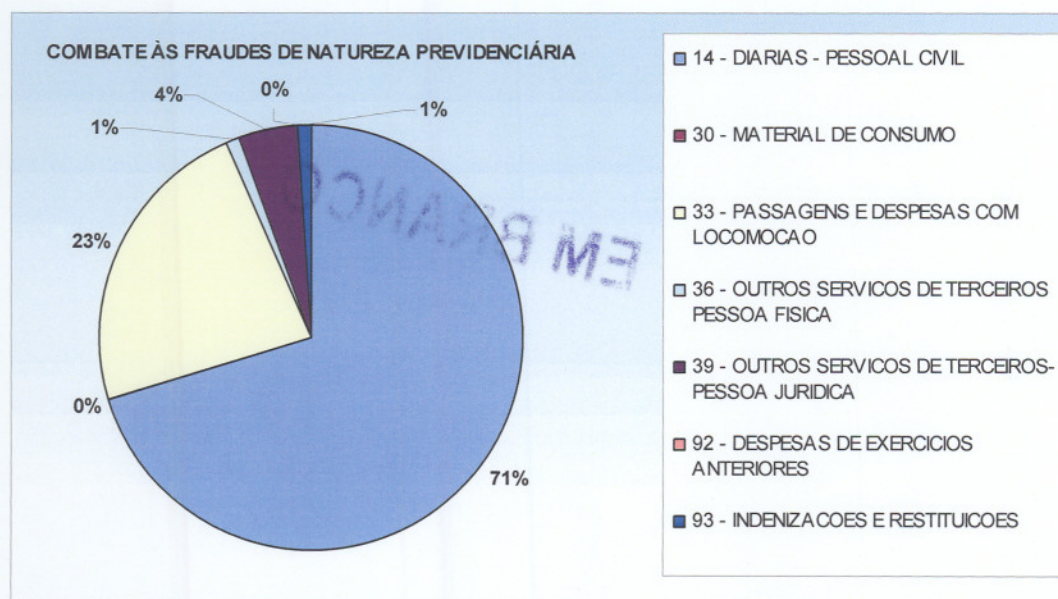


combater a fraude e a corrupção são em parceria com outras administrações, motivo pelo qual são repassados recursos orçamentários, por meio de destaque, para o Ministério da Justiça / Departamento de Polícia Federal e para a Agência Brasileira de Inteligência, decorrentes de Acordos de Cooperação Técnica firmados com os citados órgãos.

Desta forma, para se ter o nível de execução orçamentário efetivo, deve-se somar os recursos administrados diretamente pela Assessoria e aqueles repassados aos parceiros, totalizando o valor realizado de R\$ 3.139.541,00.

A evolução do quantitativo de benefícios trabalhados pela APEGR, em 2008, propiciou uma Economia Mensal aos cofres previdenciários da ordem de R\$2.508.704,10 (dois milhões, quinhentos e oito, mil setecentos e quatro reais e dez centavos).

Em 2008 foram recebidas e tratadas no âmbito da APEGR um total de 9.094 (nove mil e noventa e quatro) denúncias. Pouco mais de 5,52 % foram arquivadas pela pouca consistência nas informações fornecidas. Apresentaram informações consistentes 48,90 % delas. Outras 45,58 % ainda estão em processamento e podem resultar em operações das FTP



[Assinatura]

2.3.3.4 Ação 4641 – Publicidade de Utilidade Pública do Programa 0087

Tabela 22 – Dados gerais da ação

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Informar, orientar, avisar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais reais, visando melhorar a sua qualidade de vida.
Descrição	A ação se desenvolverá por meio de divulgação de conteúdos vinculados a objetivos sociais de interesse público, que assuma caráter educativo, informativo, de mobilização ou de orientação social, ou ainda que contenha uma orientação à população que a habilite ao usufruto de bens ou serviços públicos e que expresse, com objetividade e clareza, mediante a utilização de linguagem de fácil entendimento para o cidadão.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Previdência Social
Coordenador nacional da ação	Maria de Fátima Gomes de Lima
Unidades executoras	Gabinete do Ministro/MPS
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Assessoria de Comunicação Social/GM
Competências Institucionais requeridas para a execução da ação	Competência Regimental

Tabela 23 – Metas e resultados da ação exercício

Meta	Previsão	Execução	Execução/Previsão %
Financeira	15.900.118,00	5.478.682,00	34,46%
Física	Não há-	-	

Fonte: SIGPlan

Nota: Dados extraídos em 03.02.2009

Os gastos executados nesta ação tiveram o objetivo de orientar, informar e explicar aos beneficiários e contribuintes da Previdência Social acerca dos seus direitos e deveres. Ao longo do ano, foram realizadas várias ações que listamos a seguir: Campanha Nacional em rádio e TV sobre o Plano Simplificado de Previdência Social, confecção e publicação de vídeos de utilidade pública na internet (TV Previdência); cartazes e filipetas para divulgação do calendário de pagamento dos benefícios previdenciários em 2008. Vale observar que uma pequena parte dos gastos da campanha do Plano Simplificado de Previdência Social ainda não foi faturada devido ao grande número de emissoras de rádio que a campanha abrangeu e a morosidade dessas emissoras de encaminhar o faturamento, tendo ficado, portanto, em restos a pagar.

Ainda nesta ação está inclusa a coordenação de todos os materiais de divulgação produzidos pelas Secretarias e demais órgãos vinculados ao Ministério realizada em consonância com a política de comunicação estabelecida pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom/PR).

O Gabinete do Ministro mantém o orçamento desse serviço, sendo a execução feita pela Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração. O valor total de execução dessa ação é para prestação de serviços de publicidade legal e propaganda, por meio de dois contratos firmados pela modalidade de concorrência.



2.3.4 Programa 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União

Tabela 24 – Dados gerais do programa

Tipo de programa	Programa de Apoio às Políticas e Áreas Especiais
Objetivo geral	Assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes
Gerente do programa	Não há
Indicadores ou parâmetros utilizados	Não possui indicadores
Público-alvo (beneficiários)	Servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, servidores inativos, dependentes e pensionistas

2.3.4.1 Ação 0181– Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis.

Tabela 25 – Dados gerais da ação

Tipo	Operações Especiais
Finalidade	Garantir o pagamento devido aos servidores civis inativos do Poder Executivo ou aos seus pensionistas, em cumprimento às disposições contidas em regime previdenciário próprio.
Descrição	Pagamento de proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos servidores públicos civis do Poder Executivo ou dos seus pensionistas, incluídas a aposentadoria/pensão mensal, a gratificação natalina e eventuais despesas de exercícios anteriores.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Previdência Social
Coordenador nacional da ação	Josimária Bezerra Araujo
Unidades executoras	CGRH
Área responsável por gerenciamento ou execução da ação	CGRH
Competências Institucionais requeridas para a execução da ação	Competência Regimental

Tabela 26 – Metas e resultados da ação exercício

Meta	Previsão	Execução	Execução/Previsão %
Financeira	115.039.929,00	112.380.434,00	97,68%
Física	3.051	2.972	97,41%

Fonte: SIGPlan

Em relação as metas físicas previstas e realizadas para essa ação, registramos que, o montante estabelecido na LOA foi de 3.051 (três mil e cinquenta e um) aposentados e pensionistas. A previsão está bem próxima do efetivamente realizado 2.972 (dois mil novecentos e setenta e dois), ou seja, 97,41% de execução.

O pagamento dos benefícios das aposentadorias e pensões civis, dos servidores vinculados ao Regime Próprio de Previdência, disciplinado pelo art. 183 da Lei n.º 8.112, de 11/12/90, transcorreu dentro das previsões e padrões de conformidade.

Para fins de regularidade dos pagamentos promovidos por esta UG, e nos termos do Decreto n.º 2.251, de 12 de junho de 1997, foi realizado recadastramento. Detectamos que 151 (cento e cinquenta e um) aposentados e pensionistas que recebem pagamentos, não se recadastraram.

Com o objetivo de conscientizar a obrigatoriedade do recadastramento, a CGRH/SPOA entendeu pela suspensão dos pagamentos na forma da lei, providenciando a emissão de comunicado no contracheque informando sobre o bloqueio dos benefícios de aposentadoria dos citados inativos, até seu efetivo comparecimento com fins de recadastramento.

2.3.5 Programa 0750 – Apoio Administrativo

Tem por objetivo dotar o Ministério das condições estruturais (meios físicos) adequadas ao desenvolvimento de suas atividades finalísticas.

Tabela 27 – Dados gerais do programa

Tipo de programa	Programa de Apoio às Políticas e Áreas Especiais
Objetivo geral	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.
Gerente do programa	Não há-
Indicadores ou parâmetros utilizados	Não há-
Público-alvo (beneficiários)	Governo

2.3.5.1 Ação 2000 – Administração da Unidade

Tabela 28 – Dados gerais da ação

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes, 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, 2003 - Ações de Informática. Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos

	órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.
Coordenador nacional da ação	Marcos Santos Kroll
Unidades executoras	Gabinete do Ministro Coordenação-Geral de Recursos Humanos Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade

Tabela 29 – Metas e resultados da ação exercício

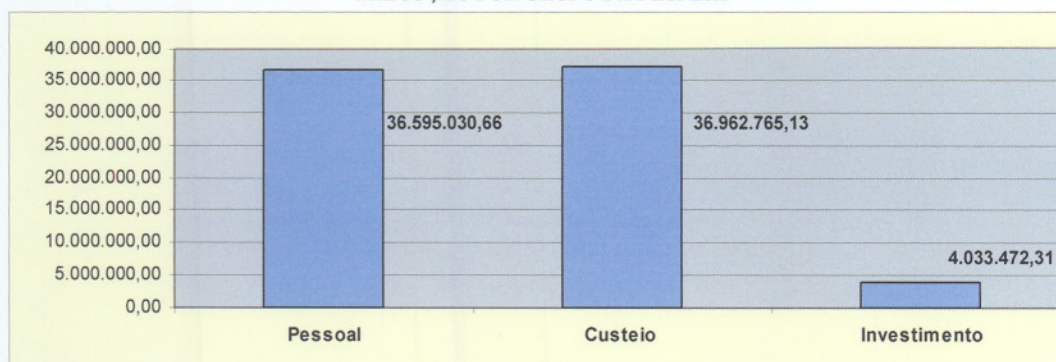
Meta	Previsão	Execução	Execução/Previsão %
Financeira	87.836.308,00	77.591.272,00	88,34%
Física	Não há-	-	-

Fonte: SIGPlan

A administração da Unidade tem como finalidade prover o MPS dos meios administrativos, para implementação e gestão de seus programas/ações finalísticos, englobando serviços gerais (fornecimento de material de consumo), tramitação de processos (encaminhamentos e providências relativas à preparação dos atos, assinatura do Senhor Ministro e publicação no Diário Oficial), programa de viagem (Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP), controle dos assuntos pertinentes aos recursos humanos do Gabinete (servidores e contratados); serviço de produção Gráfica.

Em toda administração Federal a ação 2000 – Apoio da Unidade é responsável por arcar com a todas as despesas administrativas para o funcionamento da máquina, além das despesas com pessoal ativo, conforme quadro abaixo:

EXECUÇÃO POR GRUPO DA DESPESA



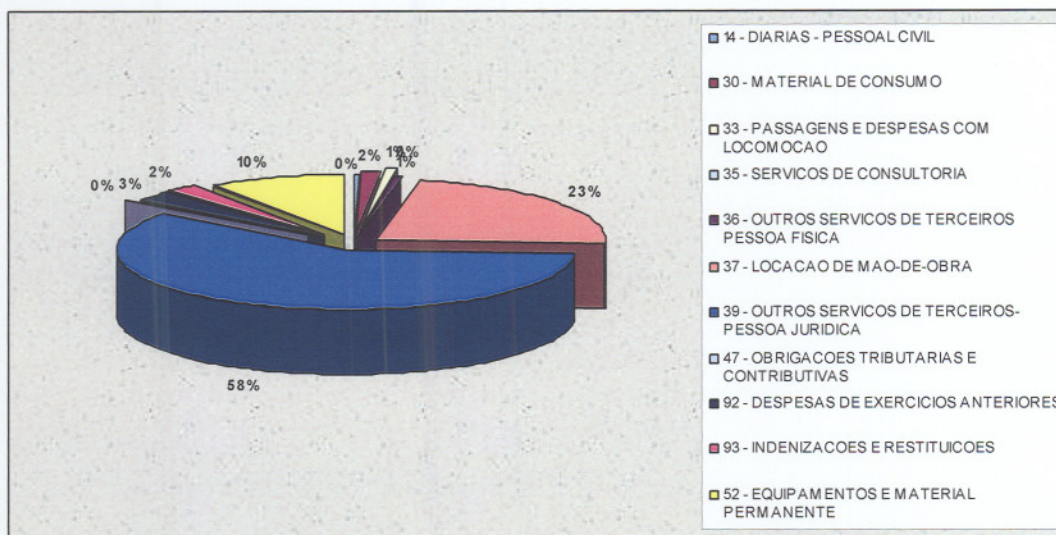
Fonte: SIAFI



PREVIDÊNCIA SOCIAL

Ministério da Previdência Social

EXECUÇÃO CUSTEIO E INVESTIMENTO



Observa-se nitidamente que do valor total executado com custeio e investimento, 58% foi despesas com “serviços de terceiros – pessoa jurídica”, a qual se divide em alguns grupos significativos, sendo:

Serviços - Pessoa Jurídica	%
Manutenção e conservação de bens imóveis	11,45%
Serviço de Processamento de Dados	46,30%
Outros serviços de terceiros (água, luz, telefone, etc)	42,25%
Total	100,00%

Seguido pelo percentual de 23% comprometido com despesas de contratação de mão-de-obra, incluindo limpeza, vigilância, copa e cozinha, brigadistas e apoio técnico operacional. Por último temos a execução de 10% com aquisição de “equipamentos e materiais permanente”, valores utilizados quase na sua totalidade na compra de equipamentos de processamento de dados visando a modernização do parque tecnológico do Ministério da Previdência Social.

2.3.5.2 Ação 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

Tabela 30 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.
Descrição	Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Previdência Social
Coordenador nacional da ação	Josimária Bezerra Araujo
Unidade executora	CGRH
Área responsável por gerenciamento ou execução da ação	CGRH

Competências Institucionais requeridas para a execução da ação	Competência Regimental
--	------------------------

Esta ação consiste na concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores ativos e inativos, bem como aos seus dependentes, com o objetivo de resguardar condições para manutenção da saúde física e mental.

Foi celebrado Convênio entre o MPS e a Fundação de Seguridade Social – GEAP, publicado em 24 de outubro de 2008, prevendo repactuações dos valores devidos à GEAP pelo MPS, a título de contribuição patronal, devidamente autorizada pela SOF/MP, alterando o valor “per capita” em outubro/2008, de R\$ 42,00 (quarenta e dois reais), para R\$ 55,00 (cinquenta e cinco reais) até dezembro/2008.

Os benefícios dessa ação contemplam servidores ativos e aposentados, e seus dependentes, que podem aderir voluntariamente e a qualquer momento ao Plano de Assistência Médica e Odontológica, oferecido. De forma que o atingimento das metas físicas e financeiras dependem do interesse dos beneficiários.

Tabela 31– Metas e resultados da ação 2004 exercício 2008

Meta	Previsão	Execução	Execução/Previsão %
Financeira	2.247.120,00	2.024.406,00	90,09%
Física	4.459	3.585	80,40%

Fonte: SIGPlan

2.3.5.3 Ação 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

Tabela 32 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme art. 3º do Decreto 977, de 10/11/93.
Descrição	Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contracheque, a partir de requerimento, dos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar conforme dispõe o Decreto 977/93.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Previdência Social
Coordenador nacional da ação	Josimária Bezerra Araújo
Unidade executora	CGRH
Área responsável por gerenciamento ou execução da ação	CGRH
Competências Institucionais requeridas para a execução da ação	Competência Regimental





Esta ação visa oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme art. 3º do Decreto 977, de 10/11/93, por meio da concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contracheque, a partir de requerimento, dos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar.

A concessão dessa ação beneficia os servidores do MPS que tenham dependentes entre 0 e 5 anos. O atingimento da meta depende do interesse do servidor em dela usufruir, entretanto tem o cunho legal, pois o recebimento deve estar amparado por lei, não podendo um servidor receber o benefício caso o cônjuge o receba em outro órgão.

Tabela 33 – Metas e resultados da ação 2010 exercício 2008

Meta	Previsão	Execução	Execução/Previsão %
Financeira	87.107,00	58.613,00	67,28%
Física	78	69	88,46%

Fonte: SIGPlan

2.3.5.4 Ação 2011 – Auxílio- Transporte aos Servidores e Empregados

Tabela 34 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei nº 7.418/85 e alterações..
Descrição	Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Previdência Social
Coordenador nacional da ação	Josimária Bezerra Araujo
Unidades executoras	CGRH
Área responsável por gerenciamento ou execução da ação	CGRH
Competências Institucionais requeridas para a execução da ação	Competência Regimental

Trata-se do pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, aos servidores e empregados que solicitam o benefício, visando o custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.

Tendo em vista o percentual de meta física apresentado, frente à meta financeira, podemos observar que, a meta física prevista não foi alcançada. Ressaltamos que o atingimento dessa meta depende da movimentação de servidores seja por motivo de mudança de endereço que podem acarretar alteração de valores, para maior ou para menor, pagos a título de vale-transporte, ou afastamentos em virtude de férias, licenças ou outras ocorrências.

Tabela 35 – Metas e resultados da ação 2011 exercício 2008

Meta	Previsão	Execução	Execução/Previsão %
Financeira	1.426.709,00	1.075.577,00	75,39%
Física	677	663	97,93%

Fonte: SIGPlan

2.3.5.5 Ação 2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

Tabela 36 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Conceder o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado. Aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório.
Descrição	Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia o auxílio-alimentação aos servidores e empregados ativos, de acordo com a Lei 9.527/97, ou mediante aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou, ainda, por meio da manutenção de refeitório.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Previdência Social
Coordenador nacional da ação	Josimária Bezerra Araújo
Unidade executora	CGRH
Área responsável por gerenciamento ou execução da ação	CGRH
Competências Institucionais requeridas para a execução da ação	Competência Regimental

A ação contempla a concessão de auxílio-alimentação aos servidores e empregados ativos, em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia, de acordo com a Lei nº. 9.527/97, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação do servidor ou empregado. Dependendo de solicitação por parte do servidor.





PREVIDÊNCIA SOCIAL

Ministério da Previdência Social

Tabela 37 – Metas e resultados da ação 2012 exercício 2008

Meta	Previsão	Execução	Execução/Previsão %
Financeira	1.424.216,00	1.387.588,00	97,69%
Física	739	722	97,42%

Fonte: SIGPlan

2.3.5.6 Ação 09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais.

Tabela 38 – Dados gerais da ação

Tipo	Operações Especiais
Finalidade	Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº. 10.887, de 18 de junho de 2004.
Descrição	Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº. 10.887, de 18 de junho de 2004.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Previdência Social
Coordenador nacional da ação	Josimária Bezerra Araújo
Unidade executora	CGRH
Área responsável por gerenciamento ou execução da ação	CGRH
Competências Institucionais requeridas para a execução da ação	Competência Regimental

Tabela 39 – Metas e resultados da ação 09HB exercício 2008

Meta	Previsão	Execução	Execução/Previsão %
Financeira	5.023.451,00	4.829.810,00	96,15%
Física	Não há	-	-

Fonte: SIGPlan

Para a presente ação não há previsão de execução física na LOA, e em relação às metas financeiras, foram atingidas no percentual de 96,15%.

2.4. Desempenho Operacional

A ação Combate às Fraudes de Natureza Previdenciária tem como objetivo desenvolver metodologias, ações e procedimentos técnicos de inteligência, controles e normas de segurança, bem como a execução de programas e atividades de combate às fraudes ou a quaisquer atos lesivos à Previdência Social.

A avaliação dos trabalhos é traduzida em informações estatísticas transcritas nos relatórios elaborados pelos chefes das Coordenações da APEGR e das FTP utilizados na elaboração de Indicadores que contemplam: a) ações específicas realizadas nas Unidades da Federação, mediante análise de benefícios com indícios de fraudes, visando a identificar situações organizadas ou sistematizadas de prática ilícitas contra o patrimônio previdenciário; b) produção de conhecimentos de inteligência a partir de estudos de casos identificados por meio de denúncias recebidas da Ouvidoria-Geral e das análises dos indicadores produzidos pela CTAPI; c) outros trabalhos de atribuição específica das Coordenações da APEGR, e d) as operações realizadas em parceria com a Polícia Federal. São elaborados os seguintes indicadores:

- Conhecimentos Produzidos;
- Prejuízo Apurado;
- Economia Mensal;
- Operações Realizadas.

Fórmula de Cálculo e Método de Medição

Conhecimentos Produzidos: somatório de todos os dados e informações que geram RELINT, RELINFO e Conhecimentos de Inteligência que poderão resultar em operações conjuntas com a Polícia Federal;

Prejuízo Apurado: somatório dos valores pagos por benefício previdenciário desde a sua concessão irregular até o momento da ação;

Economia Mensal: somatório dos valores individuais por benefícios pagos indevidamente no mês da operação;

Operações Realizadas: somatório de todas as operações realizadas no ano.

Tabela 40

Denominação	Descrição	Fórmula de Cálculo/Medição	Responsável
Conhecimentos Produzidos	Reunião de dados e informações	CP → Conhecimentos Produzidos $CP = \sum CP \text{ no ano}$	Chefes das Unidades da APEGR
Prejuízo Apurado	Prejuízo com benefícios previdenciários e assistenciais fraudulentos	RM → Renda Mensal MI → Mês do Início MC → Mês da constatação PA → Prejuízo Apurado $PA = RM * (MC - MI)$	Chefes das Unidades da APEGR ou FTP
Economia Mensal	Quanto o INSS deixa de desembolsar recursos com pagamentos indevidos	RM → Renda Mensal EM → Economia Mensal $EM = \sum RM$	Chefes das Unidades da APEGR ou FTP
Operações Realizadas	Operações para cumprimento de Mandados de Buscas e Apreensões e de Prisões.	OR → Operações Realizadas $OR = \sum OR \text{ no ano}$	Chefes das Unidades da APEGR ou FTP

Execução Orçamentária

A atuação da APEGR em 2008 deve ser avaliada a partir das ações que foram implementadas em consonância com a programação anual e a respectiva dotação orçamentária aprovada no Orçamento Geral da União.

Os recursos destinados à APEGR em 2008 totalizaram R\$ 3.014.754,48 (três milhões, quatorze mil, setecentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e oito centavos), para dispêndio com diárias e passagens para servidores e colaboradores eventuais.

Para as despesas decorrentes dos Acordos de Cooperação Técnica foram previstos recursos da ordem de R\$ 2.450.000,00 (dois milhões e quatrocentos e cinquenta mil reais).

A execução dos recursos fixados na Lei Orçamentária atingiu o percentual de 90,97%, cujos valores estão relacionados abaixo, de acordo com os principais grupos de despesas:

Tabela 41- Execução orçamentária

Despesas	Dotação	Execução	%
Diárias e Passagens	2.276.809,42	2.228.267,19	97,87%
Diárias/Colaboradores	47.000,00	37.621,94	80,05%
Passagens	690.945,06	656.485,37	95,01%
Totais:	3.014.754,48	2.922.374,50	90,97%
Acordos de Cooperação Técnica	2.450.000,00	2.450.000,00	100,00%

Avaliação do Resultado da Execução Orçamentária

Os números mostram que a dotação orçamentária prevista não foi totalmente executada. As principais razões para esse descompasso resultaram dos seguintes fatos:

- (1) Nem todas as operações previstas foram realizadas. Doze (12) delas não foram executadas ou por dificuldade de se conseguir os respectivos mandados no âmbito do Poder Judiciário ou por dificuldade de logística da Polícia Federal;
- (2) Dentro da política de recomposição dos quadros da APEGR estavam previstos o recrutamento, seleção e treinamento de 40 (quarenta) novos servidores. Apenas 11 (onze) foram aprovados no processo seletivo e por último;
- (3) Dadas algumas dificuldades e exigências da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações), algumas aquisições voltadas para a modernização tecnológica da atividade da APEGR tiveram de ser adiadas para o próximo exercício.

Transferências Mediante Acordos de Cooperação Técnica

Em 2008, foram assinados os seguintes Termos Aditivos:

- a) Quarto Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica entre o MPS e o DPF firmado em 09/03/2006, cujo objeto foi a alteração da cláusula relativa ao valor dos recursos orçamentários e financeiros de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) para R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).
- b) Segundo Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o MPS e a ABIN, cujo objeto foi a prorrogação do prazo de vigência para mais 12 meses, a partir de 24/03/2008.

Registre-se que esses recursos são repassados, integralmente, ao DPF e a ABIN, para custeio das despesas com diárias e passagens do seu pessoal envolvido nas operações das FTP.

Tabela 42: Demonstrativo das Transferências Mediante Acordos de Cooperação Técnica com o DPF

Tipo	Descrição
Código SIAFI/SIASG	
Identificação do Termo inicial ou de Aditivos (n° do processo e do termo, data, assinatura, vigência etc.)	44000.000146/2006-24
Objeto da Avença	Planejamento, desenvolvimento e execução de ações conjuntas visando a coibir a prática de ilícitos criminais contra a Previdência Social, na área de benefícios, praticados por grupos, quadrilhas e organizações criminosas
Data de Publicação no DOU	25/4/2008
Valor Pactuado	2.000.000,00
Valor total recebido e ou transferido no exercício	2.000.000,00
Contrapartida	Apoio técnico e operacional na promoção de ações de combate a ilícitos criminais contra a Previdência Social
Beneficiário (Razão social e CNPJ)	Departamento de Polícia Federal (DPF) – CNPJ n° 00.394.449/0014-50

Tabela 43: Demonstrativo das Transferências Mediante Acordos de Cooperação Técnica com a ABIN

Tipo	Descrição
Código SIAFI/SIASG	
Identificação do Termo inicial ou de Aditivos (n° do processo e do termo, data, assinatura, vigência etc.)	44000.0001152/2006-07
Objeto da Avença	Intercâmbio de informações de natureza estratégica; o apoio técnico e operacional entre as áreas de interesse e competência dos convenientes; a promoção do aperfeiçoamento e capacitação de servidores do MPS, no que concerne à Doutrina Brasileira de Inteligência
Data de Publicação no DOU	29/3/2006
Valor Pactuado	21/1/3132
Valor total recebido e ou transferido no exercício	21/1/3132
Contrapartida	Apoio técnico e operacional na promoção de ações de combate a ilícitos criminais contra a Previdência Social, formação e capacitação de pessoal orgânico
Beneficiário (Razão social e CNPJ)	Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) – CNPJ n° 01.175.497-0001/41
Situação da avença	Produzidos 23 (vinte e três) Relatórios de Inteligência; 70 (setenta) Relatórios de Informações; 31 (trinta e um) Pedidos de Busca cumpridos e 04 servidores da APEGR treinados

ÍNDICES DE EFICIÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS

a) **Utilidade:** O indicador é utilizado para avaliar o percentual de projetos planejados e efetivamente desenvolvido no prazo previsto.

b) **Tipo:** Eficiência

c) **Fórmula de Cálculo:**

Tabela 44

NOME DO INDICADOR	FÓRMULA	JANEIRO/DEZEMBRO 2008
Nível de desenvolvimento projetos (periodicidade anual)	Número de projetos planejados = $X = 100\% = 9$ Nº de projetos desenvolvidos no prazo previsto = $X_1\% = 8$ Nº de projetos desenvolvidos fora do prazo = $X_2\%/2 = 0,5$ Índice Percentual = $X_1\% + X_2\%/2$ $X=0,09$ $X_1=0,08$ $X_2=0,01/2 = 0,005$ $X_1+X_2/X = 0,08 + 0,005 = 0,085/0,09$ $R = 0,944 * 100 = 94,45\%$	94,45%

d) **Método de Aferição:** O índice é calculado mediante a verificação da relação entre o número de projetos planejados com o número de projetos desenvolvidos no prazo previsto e o número de projetos desenvolvidos fora do prazo, sendo que os projetos desenvolvidos fora do prazo é dividido por 2.

e) **Área Responsável pelo cálculo e/ou medição:** A responsabilidade pela medição compete à Coordenação de Administração Predial, Obras e Serviços.

f) **Resultado do indicador no exercício:** Neste exercício, foram planejados 9 (nove) projetos e 8 (oito) foram realizados. Em razão disso, o índice de eficiência na execução de projetos atingiu o percentual de 94,45%.

g) **Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:** No exercício de 2008 foi possível a realização 94,45% dos projetos planejados devido à falta de corpo técnico especializado para elaboração do projeto de revitalização da Central de Combate a Incêndio por CO₂.

ÍNDICES DE EFICIÊNCIA NA EXECUÇÃO DE PROJETOS

a) **Utilidade:** O indicador é utilizado para avaliar o percentual de projetos com execução aprovada, e efetivamente executada no prazo previsto.

b) **Tipo:** Eficiência

c) **Fórmula de Cálculo:**

Tabela 45

NOME DO INDICADOR	FÓRMULA	JANEIRO/DEZEMBRO 2008
Nível de execução de projetos (periodicidade anual)	Número de projetos aprovados = $X = 100\%$ Nº de projetos executados no prazo previsto = $X_1\%$ Nº de projetos desenvolvidos fora do prazo = $X_2\%/2$ Índice Percentual = $X_1\% + X_2\%/2$ $X=0,07$ $X_1 = 0,06$ $X_2 = 0,01/2 = 0,005$ $X_1 + X_2/X = 0,06 + 0,005 = 0,065/0,07$ $R = 0,929 * 100 = 93\%$	93%

d) **Método de Aferição:** O índice é calculado mediante a verificação da relação entre o número de projetos aprovados com o número de projetos executados no prazo previsto e o número de projetos desenvolvidos fora do prazo, sendo que os projetos desenvolvidos fora do prazo é dividido por 2.

e) **Área Responsável pelo cálculo e/ou medição:** A responsabilidade pela medição compete à Coordenação de Administração Predial, Obras e Serviços.

f) **Resultado do indicador no exercício:** Neste exercício foi atingido o índice de 93% de eficiência, devido divergência de preços entre a Administração e Mercado na hora de licitar o projeto de revitalização dos hidrantes, sendo o mesmo repetido por três vezes.

ÍNDICES DE EFICIÊNCIA NO ATENDIMENTO DAS ORDENS DE SERVIÇOS DA MANUTENÇÃO PREDITIVA.

a) **Utilidade:** O indicador é utilizado para aferir a eficiência no atendimento das demandas das Ordens de Serviço de manutenção preditiva.

b) **Tipo:** Eficiência

c) **Fórmula de Cálculo:**

Tabela 46



NOME DO INDICADOR	FÓRMULA	JANEIRO/DEZEMBRO 2008
Nível de eficiência no atendimento de O.S. da manutenção preditiva (periodicidade anual)	Número de solicitações = 100%. Nº de O.S. atendidas no prazo previsto = $X_1\%$ Nº de O.S. atendidas fora do prazo previsto = $X_2\%/2$ Índice Percentual = $X_1\% + X\%/2$	86,3%
	Nº de solicitações X = 2.849 Nº de OS's atendida no prazo X1 = 2344 = 82,3% Nº de OS's atendidas fora do prazo X2 = 114, Logo: X2 = 4% Eficiência = $X1 + X2/2 = 84,3\%$	

d) **Método de Aferição:** O indicador é utilizado para aferir a eficiência no atendimento das demandas de serviços de manutenção preditiva.

e) **Área Responsável pelo cálculo e/ou medição:** A responsabilidade pela medição compete à Coordenação de Administração Predial, Obras e Serviços.

f) **Resultado do indicador no exercício:** Neste exercício foi atingido o índice de 86,3% de eficiência devido ao aumento da demanda e pelas manutenções preventivas realizadas na infra-estrutura dos Edifícios Sede e Anexo.

ÍNDICES DE EFICIÊNCIA NO ATENDIMENTO DE SERVIÇOS DA MANUTENÇÃO PREDIAL

a) **Utilidade:** O indicador é utilizado para auferir o nível de eficiência no atendimento de serviços de manutenção predial.

b) **Tipo:** Eficiência

c) **Fórmula de Cálculo:**

Tabela 47

NOME DO INDICADOR	FÓRMULA	JANEIRO/DEZEMBRO 2008
Nível de eficiência no atendimento de serviços de manutenção predial (periodicidade anual)	Número de solicitações de serviços = 100% Número de serviços atendidos = $X\%$	100%
	Nº de solicitações X = 1630 Nº de solicitações atendidas X1 = 1630 = 100% Eficiência = $X1 = 100\%$	

d) **Método de Aferição:** O índice é calculado mediante a verificação da relação entre o número de solicitações de serviços com o numero de serviços atendidos.

e) **Área Responsável pelo cálculo e/ou medição:** A responsabilidade pela medição compete à Coordenação de Administração Predial, Obras e Serviços.

f) **Resultado do indicador no exercício:** Neste exercício foi atingido o índice de 100% de eficiência.

ÍNDICES DE EFICIÊNCIA NO ATENDIMENTO ÀS SOLICITAÇÕES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE SERVIDORES

a) **Utilidade:** O indicador é utilizado para aferir a eficiência no atendimento das demandas de serviços de transporte de servidores.

b) **Tipo:** Eficiência

c) **Fórmula de Cálculo:**
Tabela 48

NOME DO INDICADOR	FÓRMULA	JANEIRO/DEZEMBRO 2008
Nível de eficiência às solicitações de serviços de transportes (periodicidade anual)	Número de solicitações de transportes = 100% Número de solicitações atendidas = X%	100%
	Nº de solicitações X = 13142 Nº de requisições atendidas X1 = 13.142 = 100% Eficiência = X1 = 100%	

d) **Método de Aferição:** O indicador é utilizado para aferir a eficiência no atendimento das demandas de serviços de transporte de servidores.

e) **Área Responsável pelo cálculo e/ou medição:** A responsabilidade pela medição compete à Coordenação de Administração Predial, Obras e Serviços.

f) **Resultado do indicador no exercício:** Neste exercício foi atingido o índice de 100% de eficiência.

ÍNDICES DE EFICIÊNCIA NA ABERTURA DE PROCESSOS

a) **Utilidade:** O indicador é utilizado para aferir a eficácia na abertura de processo.

b) **Tipo:** Eficácia

c) **Fórmula de Cálculo:**

Tabela 49

NOME DO INDICADOR	FÓRMULA	JANEIRO/DEZEMBRO 2008
-------------------	---------	--------------------------



PREVIDÊNCIA SOCIAL
Ministério da Previdência Social

Nível de eficiência na abertura de Processos (periodicidade anual)	Número de solicitações = X = 100%. Nº de processos abertos no período de 24h = $X_1\%$ Nº de processos abertos no período de 48h = $X_2\%/2$ Nº de processos abertos no período acima de 48h = $X_3\%/4$ Índice Percentual = $X_1\% + X_2\%/2 + X_3\%/4$	100%
	Nº de solicitações X = 3616 Nº de solicitações atendida X1 = 3616 = 100% Eficiência = X1 = 100%	

d) **Método de Aferição:** O indicador é utilizado para avaliar a relação entre a quantidade de abertura de processos demandados e sua execução no prazo previsto (24h).

e) **Área Responsável pelo cálculo e/ou medição:** A responsabilidade pela medição compete à Coordenação de Administração Predial, Obras e Serviços.

f) **Resultado do indicador no exercício:** Neste exercício foi atingido o índice de 100% de eficiência.

TEMPO MÉDIO DE PROCESSAMENTO DAS LICITAÇÕES NA MODALIDADE PREGÃO

a) **Utilidade:** O indicador é utilizado para aferir o tempo médio utilizado no processamento das licitações na modalidade Pregão.

b) **Tipo:** Eficiência

c) **Fórmula de Cálculo:**

Tabela 50

NOME DO INDICADOR	FÓRMULA	2008
Nível de tempo médio para conclusão do processo licitatório (periodicidade anual)	$\frac{\text{Somatório do número de dias dos processos}}{\text{Número de processos}}$	57 dias
	$\frac{SND=2309}{NP=41}$	

d) **Método de Aferição:** O tempo médio é calculado mediante a verificação da relação entre o tempo gasto com o processamento das licitações e número de licitações.

e) **Área Responsável pelo cálculo e/ou medição:** A responsabilidade pela medição compete à Coordenação de Contratos e Procedimentos de Licitação.

f) **Resultado do indicador no exercício:** A meta para o exercício de 2007 foi estipulada em 60 (sessenta) dias para realizar licitações na modalidade pregão, sendo que, no exercício de 2008 foi possível reduzir esse tempo chegando ao patamar de 57 (cinquenta e sete) dias para realização de um pregão e essa melhoria foi possível devido ao aprimoramento do fluxo de tramitação de processo, capacitação e esforço de toda a equipe.

TEMPO MÉDIO DE PROCESSAMENTO DAS RENOVAÇÕES/PRORROGAÇÕES

a) **Utilidade:** O indicador é utilizado para aferir o tempo médio utilizado no processamento das renovações/prorrogações.

b) **Tipo:** Eficiência

c) **Fórmula de Cálculo:**

Tabela 51

NOME DO INDICADOR	FÓRMULA	2008
Nível de tempo médio para renovação/repactuação de processos (periodicidade anual)	$\frac{\text{Somatório do número de dias dos processos}}{\text{Número de processos}}$	Prorrogação: 60 dias. Repactuação 50 dias.
	Prorrogação SDP = 2882 NP=48 Repactuação SDP = 301 NP = 6	

d) **Método de Aferição:** O tempo médio é calculado mediante a verificação da relação entre o tempo gasto nas prorrogações/repactuações e número de processos.

e) **Área Responsável pelo cálculo e/ou medição:** A responsabilidade pela medição compete à Coordenação de Contratos e Procedimentos de Licitação.

f) **Resultado do indicador no exercício:** Neste exercício foi atingido para prorrogação prazo de 60 (sessenta) dias e para repactuação o prazo de 50 (cinquenta) dias, para executar esses procedimentos.

ÍNDICES DE EFICIÊNCIA DE NÍVEL DE PREÇOS

a) **Utilidade:** O indicador é utilizado para aferir o nível de preços, visando atingir o preceito da economicidade.

b) **Tipo:** Eficiência

c) **Fórmula de Cálculo:**

Tabela 52

NOME DO INDICADOR	FÓRMULA	2008
Mede a relação entre os preços estimados e os efetivamente contratados (periodicidade anual)	$\frac{\text{Valor estimado}}{\text{Valor contratado}} = \frac{100\%}{X}$	A economia para administração foi de 11,60 % em relação ao valor estimado.
	51.847.991,18 = 100% 45.832.743,77 = X%	



d) **Método de Aferição:** O índice é calculado mediante a verificação da relação entre o valor estimado com o calor contratado.

e) **Área Responsável pelo cálculo e/ou medição:** A responsabilidade pela medição compete à Coordenação de Administração de Material e Patrimônio.

f) **Resultado do indicador no exercício:** Neste exercício foi possível a Administração economizar 11,60% (onze vírgula sessenta por cento) do preço contratado em relação ao valor estimado.

ÍNDICES DE EFICIÊNCIA NO ATENDIMENTO DE MATERIAL DE CONSUMO

a) **Utilidade:** O indicador é utilizado para aferir o nível de atendimento das solicitações de materiais de consumo.

b) **Tipo:** Eficiência

c) **Fórmula de Cálculo:**

Tabela 53

NOME DO INDICADOR	FÓRMULA	2008
Nível de atendimento das solicitações de materiais de consumo (periodicidade anual)	$\frac{\text{Número de itens solicitados}}{\text{Número de itens atendidos}} = \frac{100\%}{X}$	57,42%
	$\frac{311.054}{178.621} = \frac{100\%}{X}$	

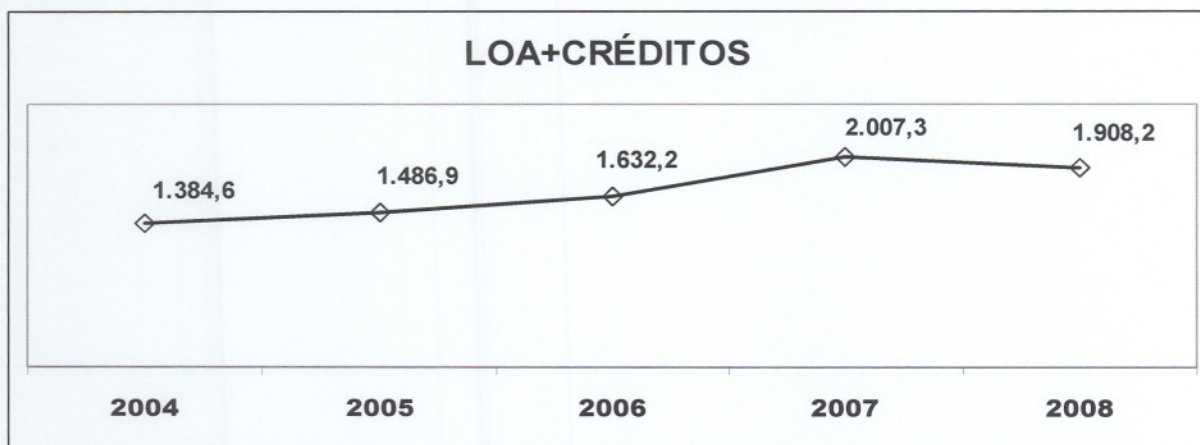
d) **Método de Aferição:** O índice é calculado mediante a verificação da relação entre o número de itens solicitados com o número de itens atendidos.

e) **Área Responsável pelo cálculo e/ou medição:** A responsabilidade pela medição compete à Coordenação de Administração de Material e Patrimônio.

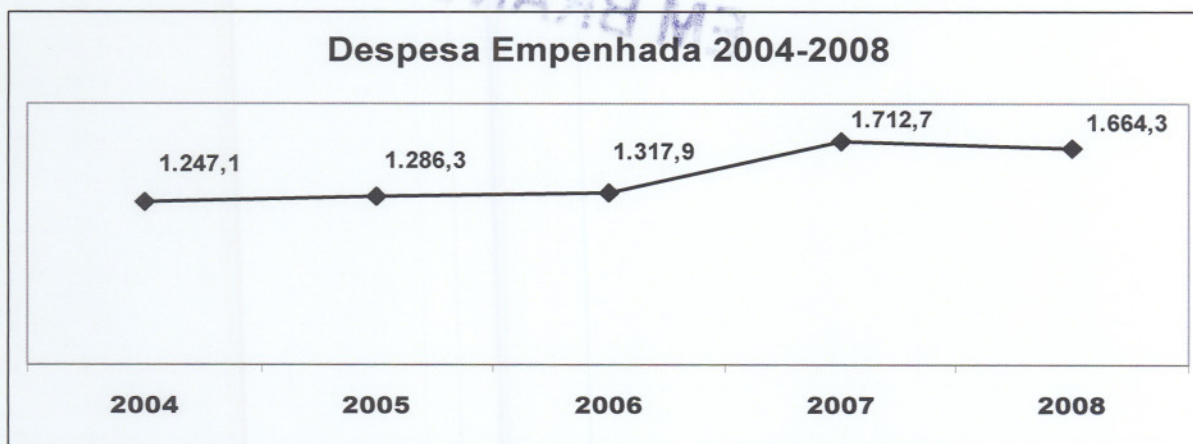
f) **Resultado do indicador no exercício:** o resultado apresentado deveu-se à redução de atendimento da quantidade solicitada pelas diversas áreas do MPS, uma vez que o almoxarifado realizou estudos para identificar o consumo mensal de cada área. Dessa forma, somente os materiais que necessariamente seriam utilizadas durante o período mensal, é que efetivamente foram disponibilizados para os usuários.

Pode-se considerar eficiente a gestão da execução orçamentária, relativamente às atribuições da SPOA e da CGOFC, no seu papel de setorial orçamentária e financeira. O órgão obteve sucesso em termos de utilização dos limites disponíveis, sobretudo do limite de empenho.

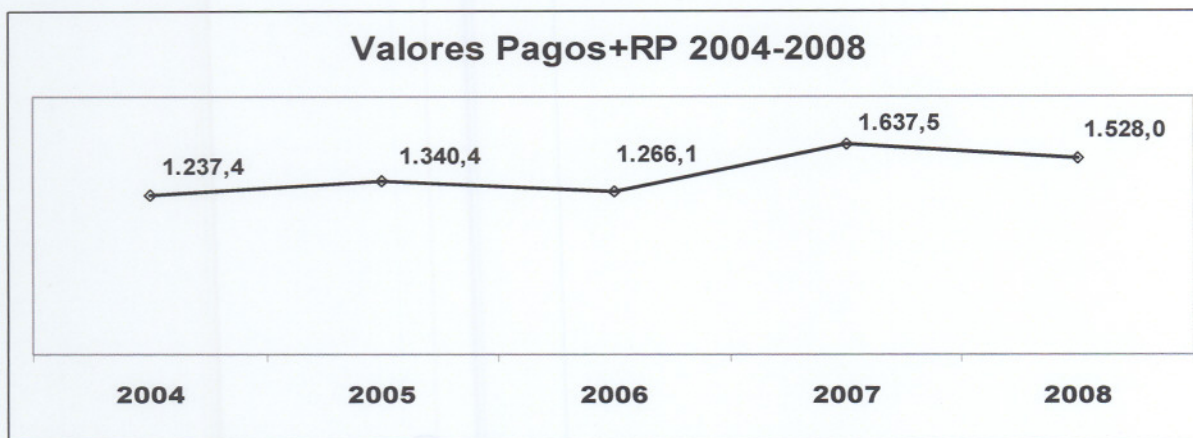
LOA + CRÉDITOS – o montante de orçamento disponível em 2008 para as despesas discricionárias foi de R\$ 1.750,6 milhões. Considerando-se o valor disponível dos créditos extraordinários, chegamos ao montante de R\$ 1.908,2 milhões, valor esse menor em 4,9% em relação a 2007.



EMPENHO - de um limite total de R\$ 1.530,6 milhões foram empenhados R\$ 1.508,9 milhões, representando uma execução de 99,58%. Considerando-se os empenhos relativos a créditos extraordinários, chegamos ao montante de R\$ 1.664,3 milhões, representando uma execução de 99,59%. O resultado foi satisfatório em relação aos exercícios anteriores.



De um limite de R\$ 1.493,0 milhões (despesas discricionárias mais Restos a Pagar) foram pagos R\$ 1.317,2 milhões, representando uma execução de 88,23%. Considerando-se os pagamentos relativos a créditos extraordinários, chegamos ao montante de R\$ 1.528,0 milhões. O resultado não foi tão satisfatório em relação aos exercícios anteriores, tendo em vista a expansão de limite de pagamento que nos foi dada, sem tempo hábil para a execução dos créditos especiais.



Buscamos a otimização de recursos mediante o acompanhamento e gestão da utilização de limites, de forma a permitir remanejamentos internos ou mesmos externos, se possível. Essa gestão compreendeu o levantamento interno de demandas de recursos para encerramento do exercício, caracterizando a possibilidade de remanejamentos bem como a devolução e/ou solicitação de limites com maior precisão e a avaliação conjunta com o INSS sobre o planejamento das atividades relativas ao encerramento do exercício. Em dezembro foram realizadas cerca de duas ou mais reuniões semanais na CGOFC/INSS, para avaliação e planejamento conjunto de ações.

INDICADORES DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIO 2008

Tabela 54

DENOMINAÇÃO	UTILIDADE	FÓRMULA DE CÁLCULO/MEDIÇÃO	RESULTADO EM 2008
1. Índice de Realização de despesas correntes.	Mede a relação entre a realização do orçamento para despesas correntes e a previsão contida no Decreto de limite de movimentação e empenho anual.	Valor Total das Despesas Correntes / Valor do Limite de Prog.Orçamentária onde:	131.838.245 / 94.658.044
Meta: < ou = 1		<ou= 1 MPS cumpriu limite > 1 MPS não cumpriu limite	0,718
2. Índice de Realização de despesas capital.	Mede a relação entre a realização do orçamento para despesas de capital e a previsão contida no Decreto de limite de movimentação e empenho anual.	Valor Total das Despesas de Capital/Valor do Limite de Prog.Orçamentária onde:	12.198.857 / 6.411.503
Meta: 100%		<ou= 1 MPS cumpriu limite	0,526



PREVIDÊNCIA SOCIAL
Ministério da Previdência Social

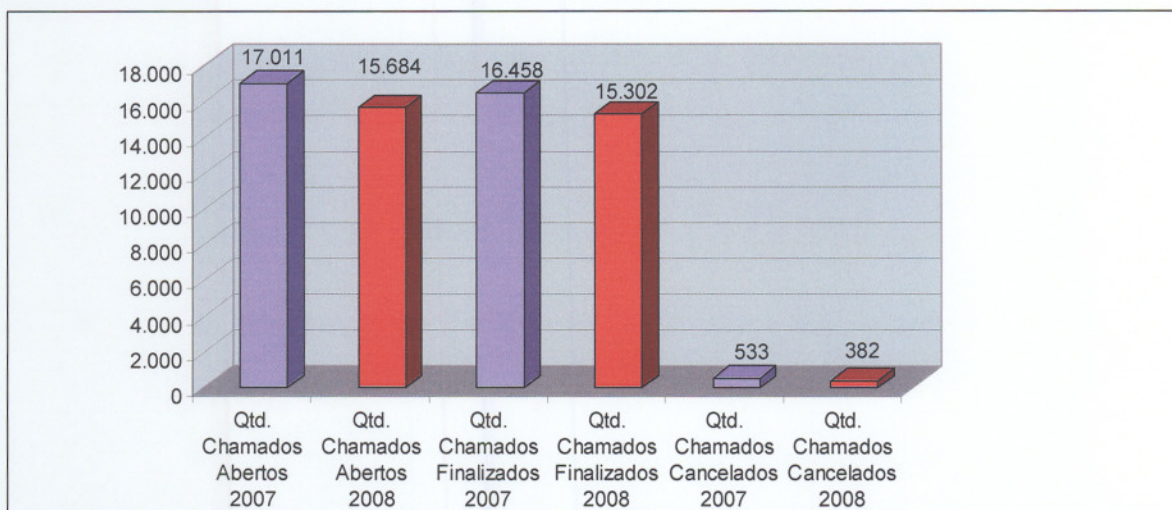
		> 1 MPS não cumpriu limite	
3. Índice de Perda de Crédito para Movimentação e Empenho.	Mede percentual de créditos orçamentários não utilizado.	Total de créditos orçamentários não descentralizados x 100/ Total de créditos orçamentários	47.814.627 / 144.037.102
Meta: < ou = 1			0,332
4. Acompanhamento mensal das despesas com pessoal e encargos sociais.	Mede percentual de realização de relatórios de despesas com pessoal e encargos sociais.	nº de relatórios de despesas com pessoal e encargos sociais x 100 / nº de meses.	=12 x 100/12
Meta: 100%			100

Indicadores de Atendimento a Usuários – Software e Hardware.

- a. **Utilidade:**
Identificar o quantitativo de usuários atendidos pelo serviço de suporte e *help desk* do Ministério da Previdência Social em relação a *hardware* e *software* e demais periféricos de informática.
- b. **Tipo:**
Eficiência
- c. **Fórmula de Cálculo:**
Apuração do quantitativo de chamados abertos, executados e cancelados, referentes ao atendimento da equipe de *help desk*. Classificação da quantidade de chamados por tipo de problema.
- d. **Método de Aferição:**
Dados extraídos do novo Sistema de *Help Desk*.
- e. **Área responsável pela medição:**
Divisão de Suporte ao Usuário – DSU/CGI/MPS
- f. **Resultado do indicador no Exercício:**



PREVIDÊNCIA SOCIAL
Ministério da Previdência Social



g. Disfunções estruturais que impactaram o resultado obtido no indicador:

Não foi percebida disfunção no indicador.

h. Medidas a serem implementadas para tratar insucessos do indicador:

Não foram identificadas disfunções que prejudicassem o desempenho do indicador.

Indicadores de Atendimento aos Usuários – Sistema de Telefonia Fixa Comutada, (STFC)

a. Utilidade:

Identificar o quantitativo de usuários atendidos pelo serviço de suporte e *help desk* do Ministério da Previdência Social em relação ao serviço de telefonia fixa.

b. Tipo:

Eficiência

c. Fórmula de Cálculo:

Apuração do quantitativo de chamados abertos, executados e cancelados, referentes ao atendimento da equipe de *help desk* aos usuários de telefonia.

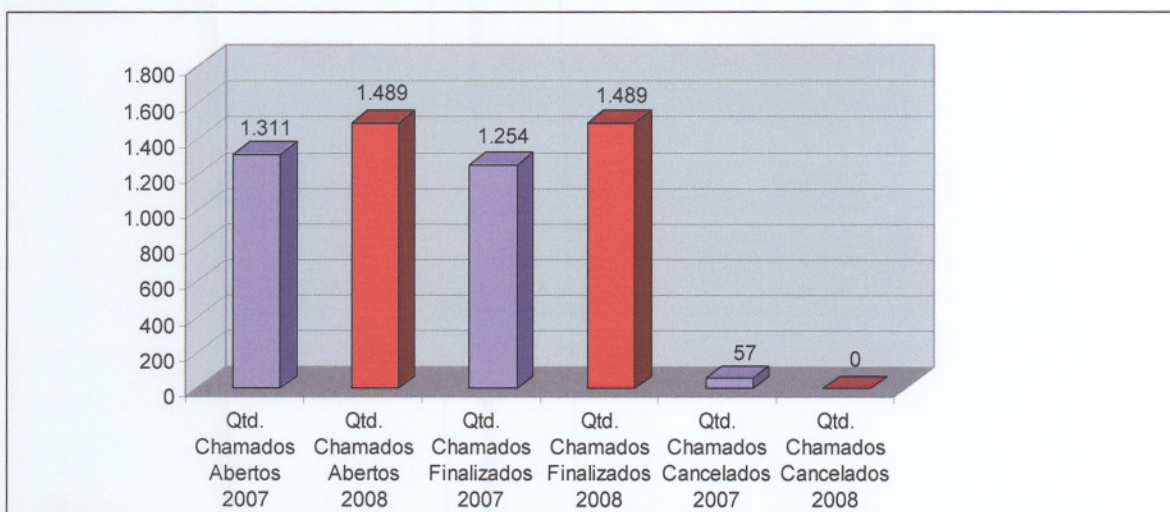
d. Método de Aferição:

Planilhas de cadastros das Ordens de Serviço.

e. Área responsável pela medição:

Divisão de Suporte ao Usuário – CGI/MPS

f. Resultado do indicador no Exercício:



g. Disfunções estruturais que impactaram o resultado obtido no indicador:

Não foi percebida disfunção no indicador.

h. Medidas a serem implementadas para tratar insucessos do indicador:

Não foram identificadas disfunções que prejudicassem o desempenho do indicador.

Indicador de satisfação do usuário com o Serviço de Telefonia Móvel pessoal (SMP)

h. Utilidade:

Aferir a qualidade dos serviços prestados pela operadora de telefonia móvel pessoal para o MPS.

i. Tipo:

Pesquisa qualitativa

j. Fórmula de Cálculo:

Percentual de resposta obtidas para o indicador, positivo ou negativo.

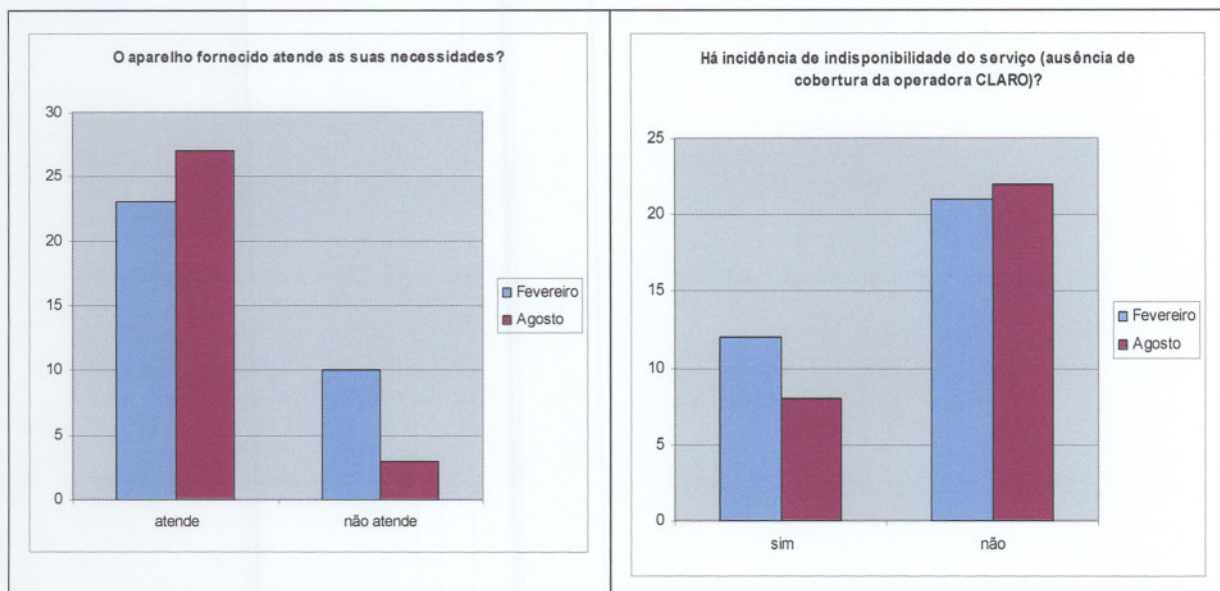
k. Método de Aferição:

Tipo exploratória de levantamento de dados.

l. Área responsável pela medição:

Divisão de Suporte ao Usuário – CGI/MPS

m. Resultado do indicador no Exercício:



Com a análise dos resultados da primeira pesquisa, algumas ações foram tomadas para a melhoria dos serviços prestados. Uma das medidas foi a substituição total dos aparelhos dos perfis II e III.

No segundo semestre de 2008, acompanhando os processos de inovações tecnológicas da CGI, efetuou-se a aquisição de mais 05(cinco) modems de acesso à internet e a transferência de tecnologia para tecnologia 3G, umas das mais avançadas em transmissão de dados.

Indicadores de Disponibilidade da Rede Corporativa

a. Utilidade:

Identificar a disponibilidade dos serviços de acesso a Internet e de Mensageria Corporativa do Ministério da Previdência Social.

b. Tipo:

Eficiência

c. Fórmula de Cálculo:

Tabela 55

$$D_{sm}(\%) = \left(\frac{Tro - Tpp - Tpi}{Tro - Tpp} \right) \times 100$$

Onde:

$D_{sm}(\%)$ = Índice de disponibilidade apurada para o serviço (percentual);

Tro = Tempo total do regime de operação, em minutos;

Tpp = Tempo total de paradas programadas ou emergenciais acordadas com o cliente, em minutos.

Tpi = Tempo total das interrupções do serviço durante o regime de operação, em minutos.

d. Método de Aferição:

Dados extraídos do gateway da Dataprev.

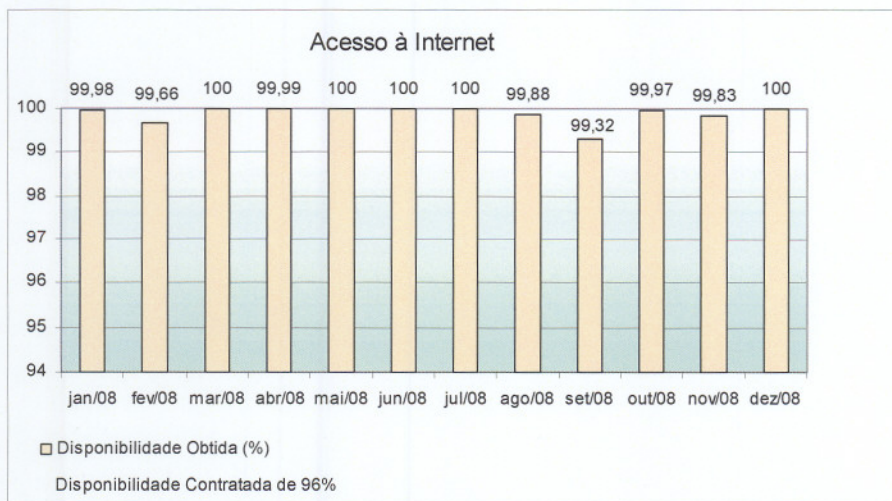
e. Área responsável pela medição:

Dataprev.

f. Resultado do indicador no Exercício:

Tabela 56

Período de Apuração		Tempo Total de Paradas		Disponibilidade Obtida (%)
		hh:mm	min.	
21/12/2007	20/1/2008	02:00	120	99,98
21/1/2008	20/2/2008	02:09	129	99,66
21/2/2008	20/3/2008	00:00	0	100
21/3/2008	20/4/2008	00:03	3	99,99
21/4/2008	20/5/2008	00:00	0	100
21/5/2008	20/6/2008	00:00	0	100
21/6/2008	20/7/2008	00:00	0	100
21/7/2008	20/8/2008	00:53	53	99,88
21/8/2008	20/9/2008	02:02	302	99,32
21/9/2008	20/10/2008	00:14	14	99,97
21/10/2008	20/11/2008	01:15	75	99,83
21/11/2008	20/12/2008	00:00	0	100



n. Disfunções estruturais que impactaram o resultado obtido no indicador:

Não foi percebida disfunção no indicador.

o. Medidas a serem implementadas para tratar insucessos do indicador:

Não foram identificadas disfunções que prejudicassem o desempenho do indicador.

Acompanhamento dos Contratos Administrativos

Poliedro Informática Ltda

Tabela 57

Objeto:	O presente instrumento tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de consultoria, desenvolvimento, implantação, suporte, manutenção e operação de sistemas e tecnologias de informação no âmbito do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS).				
Contrato nº 14/2002					
Ano:	2002	Data de Assinatura		20/02/2002	
Início a	20/02/2002	Termino: 19/02/2003			
Termo Aditivo nº	11º	Vigência	20/08/2007 a 19/02/2008	R\$ 2.390.819,92	

Tabela 58

Contrato nº 06/2008 – (Contrato Emergencial)					
Ano:	2008	Data de Assinatura	20/02/2008		
Vigência	20/02/2008 a 17/08/2008	Valor Estimado pelo período de 6 meses	R\$ 2.720.995,20		

Tabela 59

Contrato nº 19/2008 – (Contrato Emergencial)					
Ano:	2008	Data de Assinatura	18/08/2008		
Vigência	18/08/2008 a 13/02/2009	Valor Estimado pelo período de 6 meses	R\$ 2.691.120,96		

Valor Executado em 2008	R\$ 4.351.523,59
--------------------------------	------------------

Empresa de Tecnologia da Previdência Social – DATAPREV

Tabela 60

Contrato nº 10/2004					
Objeto:	Contratação da DATAPREV para prestação de serviços especializados de hospedagem de serviços (<i>hosting</i>), suporte e manutenção de sistemas em produção, elaboração de projetos, desenvolvimento e implantação de novos sistemas com uso de Tecnologia da informação e de Comunicação (TIC) no MPS				
Ano:	2004	Data de Assinatura	22/03/2004		
Vigência	Até 22/03/2005	Valor Executado em 2008	R\$ 6.047.280,96		
Termo Aditivo nº	8º	Data Publicação:	17/11/2008	Valor	R\$ 626.279,23

Tabela 61

Contrato nº 39/2008					
Objeto:	Novo instrumento que dispõe sobre a Contratação da DATAPREV para prestação de serviços especializados de hospedagem de serviços (<i>hosting</i>), suporte e manutenção de sistemas em produção, elaboração de projetos, desenvolvimento e implantação de novos sistemas com uso de Tecnologia da informação e de Comunicação (TIC) no MPS				
Ano:	2008	Data de Assinatura	24/12/2008		
Vigência	Até 24/12/2009	Valor Estimado em 2008	R\$ 14.382.871,21		
Termo Aditivo nº	N/A	Data Publicação:	N/A	Valor	N/A

Contrato nº 19/2007 – Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO

Tabela 62

Objeto:	Serviços de Informação e Informática, consubstanciados na disponibilização pela Contratada à Contratante de sua Rede de Comunicação, visando possibilitar a este, o acesso contínuo e on-line, aos dados das bases autorizadas pelos respectivos gestores aos sistemas estruturadores de Governo, através de suas bases de dados para utilização dos sistemas SIAPE, SIAFI, SIASG, SIDORF, SIEST, SISBACEN, SISAL e outros.				
Ano:	2007	Data de Assinatura	31/08/2007		
Vigência	03/09/2007 a 02/09/2008	Valor Executado em 2008	4.917,83		
Termo Aditivo nº	1º	Vigência do Termo Aditivo	03/09/2008 a 02/09/2009	Valor	12.000,00

Contrato nº 16/2005 – Empresa Siemens LTDA

Tabela 63

Objeto:	Manutenção preventiva e corretiva da central telefônica, do sistema de bilhetagem e dos aparelhos telefônicos dos ramais e linhas diretas instaladas;				
Ano:	2005	Data de Assinatura	23/8/2005		
Vigência	Até 21/08/2008	Valor Executado em 2008	179.016,00		
Termo Aditivo nº	5º	Data Publicação:	04/09/2008	Valor	179.016,00

Contrato nº 43/2005- Empresa Brasil Telecom

Tabela 64

Objeto:	Prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, LDN e LDI.				
Ano:	2005	Data de Assinatura	30/12/2005		
Vigência	Até 15/01/2008	Valor Executado em 2008	486.286,69		
Termo Aditivo nº	2º	Data Publicação:	12/02/2008	Valor	735.515,90

Contrato nº 04/2007- Empresa Brasil Telecom

Tabela 65

Objeto:	Prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC de Fixo para Fixo e de Fixo para Móvel.				
Ano:	2007	Data de Assinatura	16/2/2007		
Vigência	Até 15/02/2008	Valor Executado em 2008	744.093,85		
Termo Aditivo nº	1º	Data Publicação:	05/03/2008	Valor	960.000,00

Contrato nº 46/2007- Empresa Americhel S/A

Tabela 66

Objeto:	Prestação de Serviços de Telefonia Móvel Pessoal (SMP) na modalidade POS-PAGO na localidade do Distrito Federal, incluindo a facilidade de Roaming nacional e internacional e acesso a internet móvel de Banda Larga sem fio e remoto com alcance nacional.				
Ano:	2007	Data de Assinatura	30/11/2007		
Vigência	Até 29/11/2008	Valor Executado em 2008	155.062,13		



PREVIDÊNCIA SOCIAL

Ministério da Previdência Social

Termo Aditivo n°	2°	Data Publicação:	15/12/2008	Valor	419.634,00
-------------------------	----	-------------------------	------------	--------------	------------

Contrato n° 47/2007- Empresa Brasileira de Telecomunicação – EMBRATEL

Tabela 67

Objeto:	Prestação de serviços de LDN (Longa Distância Nacional) e LDI (Longa Distância Internacional), para ligações originadas de terminais SMP				
Ano:	2007	Data de Assinatura	30/11/2007		
Vigência	Até 29/11/2008	Valor Executado em 2008	57.826,72		
Termo Aditivo n°	1°	Data Publicação:	15/12/2008	Valor	441.251,65

Principais Avaliações e Prospecções Realizadas pela Área Técnica de Informática

Tabela 68

Nota Técnica	Data	Assunto
001	6/2/2008	Projeto Básico prestação de serviços tecnologia e informação - terceirização emergencial
002	27/2/2009	Avaliação da integração de serviços da rede previdência para utilização em celulares Smartphone.
004	16/5/2008	Contratação Pessoa Jurídica de Direito Privado para subsidiar a elaboração de Projeto Básico terceirização
005	12/6/2008	Avaliação de ferramentas tutoriais.
006	30/6/2008	Revogação Concorrência 01/2008 – TIC.
007	24/6/2008	Apresentação de sistema de acompanhamento de gestão/FORUMSPOA.
008	4/7/2008	Subsidiar CGRH para iniciar processo de contratação de pessoal por tempo determinado para a CGI.
009	4/7/2008	Levantamento de demandas de desenvolvimento de sistemas do MPS.
011	28/7/2008	Necessidade de contratação de empresas (s) especializada (s) para a prestação de serviços de Tecnologia e Comunicação no âmbito do MPS – PB.
012	28/7/2008	Necessidade de contratação de empresas (s) especializada (s) para a prestação de serviços de Tecnologia e Comunicação no âmbito do MPS – TDR.
013	8/8/2008	Necessidade de contratação emergencial de serviços técnicos de informática.
014	18/11/2008	Composição de preços para novo contrato e prestação de serviços com a Dataprev.
015	19/11/2008	Necessidade de implantação de <i>SOFTWARE</i> livre no MPS.
016	19/11/2008	Avaliação de ferramentas de análise de dados e auditoria.
017	15/12/2008	Contratação da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV, para Prestação de serviços especializados em Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC no âmbito deste Ministério



Proteção para o trabalhador e sua família

018	18/12/2008	Esclarecimentos sobre Projeto Básico, Plano de Trabalho e Proposta Comercial Dataprev nº 092/2008
019	19/12/2008	Memo nº1289 SPC/GAB/DERIN - Contratação de Serviços de Tecnologia da Informação - Dataprev / Memo nº1.178 SPC/GAB/DERIN - Projetos de Tecnologia da Informação a cargo da Dataprev
020	19/12/2008	Esclarecimentos sobre Projeto Básico, Plano de Trabalho e Proposta Comercial Dataprev nº092/2008
021	19/12/2008	Memo nº967/APEGR/SE/MPS - Análise dos serviços constantes no Projeto Básico para contratação dos Serviços de TIC para o MPS

No âmbito do Gabinete do Ministro, foi utilizado o indicador de Tramitação de Processos para avaliar, no exercício de 2008, a tempestividade dos processos que chegaram ao Gabinete do Ministro.

Tramitação de processos no Gabinete do Ministro

- Utilidade: Utilizado para medir a tempestividade na apreciação dos processos que chegam ao Gabinete do Ministro.
- Tipo: eficácia
- Fórmula de cálculo: $I = DSD - DED$
I = Indicador DSD (Data de Saída do Documento) DED (Data de Entrada do Documento).
- Método de aferição: Mede a tempestividade na apreciação dos processos que chegam ao Gabinete do Ministro.
- Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Coordenação-Geral do GM
- Resultado do indicador no exercício: Correspondeu às expectativas, e objetiva-se manter a situação atual para os próximos exercícios.
- Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: Não houve.
- Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis: Não houve.

A média de tramitação dos processos no Gabinete do Ministro é de 0 a 3 dias para os processos de cessão de servidor, Assuntos relacionados às atividades fins das Secretarias, Assuntos previdenciários, Processos Administrativos Disciplinares e Afastamento do país e de 0 a 20 dias para provimento de cargos.

Foi iniciada em 2008, ampla discussão do Planejamento Estratégico da Previdência Social, com base na metodologia *Balanced Scorecard*, cuja implementação do processo de gestão estratégica prevê a concepção e adoção de indicadores para avaliar o desempenho da Gestão, os quais deverão ensejar a revisão dos indicadores e/ou ausência deles no âmbito das ações programáticas no PPA e LOA.

2.4.1 – Evolução de Gastos gerais

Tabela 69 - Evolução de Gastos Gerais

Descrição	ANO		
	2006	2007*	2008
1. Passagens	1.867.459,26	1.691.958,18	2.349.614,85
2. Diárias	3.759.700,99	4.156.132,07	4.164.854,77



PREVIDÊNCIA SOCIAL
Ministério da Previdência Social

2.1 Ressarcimento de Despesas em Viagens	13.802,00	42.254,00	35.435,71
3. Serviços Terceirizados	14.262.529,25	10.324.001,37	10.119.765,73
3.1 Publicidade	973.842,30	6.013.000,00	6.000.000,00
3.2. Vigilância	1.723.156,52	1.764.377,73	1.753.910,89
3.2.1 Limpeza e Conservação	809.403,25	938.136,01	884.315,56
3.3. Tecnologia da informação	9.100.649,02	62.018.964,74	11.211.325,95
3.5. Suprimento de Fundos	33.470,64	8.938,52	0,00
4. Cartão de Crédito Corporativo	22.653,66	26.809,18	10.761,38
TOTAIS	32.566.666,89	86.984.571,80*	36.529.984,84

* Foram pagos os contratos da Secretaria da Receita Previdenciária (SRP) no exercício de 2007.

Até o mês de setembro de 2007, o pagamento de diárias e passagens era feito exclusivamente na unidade gestora 330005 - Coordenação-Geral de logística e serviços gerais. Com a publicação da Portaria MPS /nº 349, publicada no dou de 26/09/07, esse tipo de ação foi descentralizada, assim, cada UG passou a pagar suas despesas com diárias e passagens.

3. Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Não se aplica

4. Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Tabela 70 - Restos a Pagar de Exercícios Anteriores da Administração Direta

Ano	RP PROCESSADOS				RP NÃO PROCESSADOS			
	RP Proc Inscrito	RP Proc Cancelado	RP Proc Pago	RP Proc a Pagar	RP Não-Proc Inscrito	RP Não-Proc Cancelado	RP Não-Proc Pago	RP Não-Proc a Pagar
2006	0	0	0	0	0	0	0	0
2007	485.131,83	13.770,24	85.661,92	385.699,67	35.437.611,74	17.916.523,12	15.421.815,85	2.335.902,83
Total	485.131,83	13.770,24	85.661,92	385.699,67	35.437.611,74	17.916.523,12	15.421.815,85	2.335.902,83

O MPS no exercício da supervisão ministerial é responsável pela descentralização de créditos orçamentários para o INSS.

5. Demonstrativo de transferências (recebidas e realizadas no Exercício)

Não se aplica

6. Previdência Complementar Patrocinada

Não se aplica

7. Fluxo Financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos

Não se aplica

8. Renúncia Tributária

Não se aplica



Proteção para o trabalhador e sua família



9. Declaração de sobre a regularidade dos benefícios diretos de renúncia

Não se aplica

10. Operações de Fundos

Não se aplica

11. Despesas com Cartão de Crédito

Tabela 71

ANO	Fatura		Saque	
	Quantidade (1)	Valor	Quantidade	Valor
2006	146	55.144,30	9	980,00
2007	141	22.261,74	59	13.485,96
2008	48	10.521,38	2	240,00

Tabela 72 - Cartão de crédito cooperativo: série histórica das despesas 2008

Limite de utilização total da UG:	120.000,00	
Natureza dos gastos permitidos:	339030 Material	339039 Serviços
Limites concedidos a cada portador:		
Portador:	Limite:	
Antônio José Pereira Brito	2.000,00	
Expedito da Rocha Santiago	2.000,00	
Maria Madalena Martins Pereira	6.000,00	
Marileia de Miranda Zille	2.000,00	
Terezinha de Lizieux Raulino Cavalcante	2.000,00	
Zenaide dos Passos Pitta	2.000,00	

12. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno

Relatório de Auditoria nº 207999 - ITEM 5.3.3.1 – PAGAMENTOS INDEVIDOS DE INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE

RECOMENDAÇÃO: 001

Observar as normas relativas à concessão de Indenização de Transporte.

RECOMENDAÇÃO: 002

Promover, caso não sejam informadas as atividades desenvolvidas, o levantamento e restituição das importâncias pagas aos servidores da APE-GR, por não estarem amparadas no Dec. Nº 3.184/99 (itens 1 e 2)

SETOR RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO: Coordenação-Geral de Recursos Humanos

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS

Foi encaminhado o Memorando nº 06/2008/CGRH/SPOA/MPS, de 08 de janeiro de 2008 à Assessoria de Pesquisa Estratégica e de Gerenciamento de Riscos-APE-GR para conhecimento da recomendação efetuada pela Controladoria-Geral da União, quanto à necessidade das informações das atividades desenvolvidas pelos servidores daquela Assessoria e ainda, restituídas as "Declarações de Realização de Serviços Externos" dos servidores para que fossem atendidas as recomendações. A Assessoria atendeu as recomendações na sua integralidade.

Relatório de Auditoria nº 207999 - ITEM: 5.3.4.1 – PAGAMENTOS INDEVIDOS DE AUXILIO MORADIA

Recomendação:

RECOMENDAÇÃO: 001

Cessar o pagamento do Auxílio Moradia aos servidores matrícula 13693271 e matrícula 9538623.

RECOMENDAÇÃO: 002

Efetuar a devolução dos valores pagos indevidamente

SETOR RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO: Coordenação Geral de Recursos Humanos

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS

Foram encaminhados os Ofícios nºs 19 e 20/2008/SPOA/SE/MPS, de 12 de fevereiro de 2008, comunicando aos servidores de matrículas nº 13693271 e 9538623, acerca da devolução dos valores pagos a título de auxílio-moradia, bem como providenciada a inclusão dos descontos na folha de pagamento do mês março/2008.

Os servidores ingressaram com recurso administrativo contra a decisão de reposição ao erário, tendo sido o assunto submetido à Consultoria Jurídica deste Ministério.

A Consultoria Jurídica/MPS, por meio do Parecer/CONJUR/MPS nº 68/2008 e do Parecer/CONJUR/MPS nº 74/2008, que analisou os recursos impetrados pelos servidores 9538623 e 13693271, respectivamente, emitiu o seguinte pronunciamento:

"Posiciona-se esta Consultoria pelo provimento da Defesa Administrativa, opinando que, em virtude de sua boa-fé e da natureza alimentar das parcelas recebidas a título de auxílio-moradia e ainda, em conformidade com os posicionamentos jurisprudenciais e do Tribunal de Contas da União, o servidor seja dispensando de restituí-las". Diante disso, os recursos foram julgados procedentes para reconhecer que as parcelas recebidas pelos servidores em questão, a título de auxílio moradia, não seriam restituídas, tendo sido excluídos os valores de reposição ao erário na folha de abril/2008 e restituído o valor descontado em março/2008.

Vale ressaltar que já está em curso o levantamento de todos os auxílios-moradia em vigor visando identificar possíveis desconformidades e proceder ações de ajustes quando necessário e melhoria do procedimento de controle na concessão de novos auxílios e na execução dos ressarcimentos mensais.

Relatório de Auditoria nº 207999 - ITEM: 4.1.2.2 – NECESSIDADE DE SUBSTITUIÇÃO DE MÃO-DE OBRA TERCEIRIZADA

RECOMENDAÇÃO: 001

Encaminhar os resultados das gestões efetivadas junto ao Ministério do Planejamento, visando substituir a mão-de-obra terceirizada que vem exercendo rotineiramente atividades inerentes a cargo público, para a devida e necessária análise por parte desta CGU.

SETOR RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO: Coordenação Geral de Recursos Humanos

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS

Por meio do Ofício-Circular nº. 85/SE/MP face o Termo de Conciliação Judicial firmado em 05/11/2007 e homologado em 11 de dezembro de 2007, entre a União representada pela Advocacia-Geral da União e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão) e o Ministério Público do Trabalho, no qual a União se comprometeu a contratar serviços terceirizados apenas e exclusivamente nas hipóteses autorizadas pelo Decreto nº 2.271, de 7 de junho de 2007, observado o disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, solicitou o encaminhamento de planilhas contendo informações que possibilitassem a promoção de estudos que demonstrassem as reais necessidades da força de trabalho e também, para verificação da contratação em discordância com o Decreto nº 2.271, de 1997, para, se for o caso, autorizar os necessários concursos públicos.

Este Ministério encaminhou as informações solicitadas, conforme cópia do Ofício nº 137/SE, de 31 de março de 2008.

De acordo com a cláusula terceira do Termo de Conciliação Judicial foram estipulados os seguintes prazos:

- I- até 31/07/2008 deverão estar concluídas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, as propostas de regularização da situação jurídica dos recursos humanos de todos os órgãos da administração pública federal, com fundamento em estudos que demonstrem as reais necessidades da força de trabalho realizada pelos terceirizados;
- II – até 31/07/2009, a União deverá substituir, no mínimo, 30% do pessoal terceirizado que esteja realizando atividades incompatíveis com o Termo de Conciliação por trabalhadores admitidos mediante concurso público;
- III – até 31/12/2009, a União deverá substituir, no mínimo, mais 30% do pessoal terceirizado que esteja realizando atividades incompatíveis com o Termo de Conciliação; e
- IV – até 31/12/2010, a União deverá substituir todo o pessoal terceirizado que esteja realizando atividades incompatíveis com o Termo de Conciliação.

Desde fevereiro de 2009, encontra-se em curso as tratativas junto ao Ministério do Planejamento visando dirimir as dúvidas ainda existentes relativas às questões técnicas que envolvem a autorização do Ministério do Planejamento em cumprimento ao Termo de Conciliação. Neste estágio as dúvidas limitam-se a estruturação dos níveis de formação dos cargos adequados a realidade do Ministério da Previdência Social.

Relatório de Auditoria nº 203071/2007 - ITEM: 5.3.2.1 – INCONSISTÊNCIA NO PAGAMENTO DE AJUDA DE CUSTO

RECOMENDAÇÃO: 001

Proceder a revisão nas concessões de Ajuda de Custo dos servidores anteriormente apontados, no sentido de obter os comprovantes de deslocamentos, caso não apresentem, proceder a restituição aos cofres públicos dos valores indicados.

SETOR RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO: Coordenação Geral de Recursos Humanos

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS

Em relação ao servidor de matrícula nº 1333771, informamos que foi encaminhado o Ofício nº 317/2008/CGRH/SPOA/SE/MPS, de 27 de março de 2008 ao Coordenador-Geral de Gestão de Pessoas da Secretaria da Receita Federal do Brasil, por se tratar de servidor do Quadro de Pessoal daquela Secretaria, solicitando que fosse providenciada a reposição ao erário dos valores relativos à ajuda de custo em relação a dois dependentes do referido servidor, em decorrência da não comprovação dos deslocamentos desses dependentes. Verificou-se que aquela Coordenação-Geral providenciou a inclusão da reposição ao erário na folha de pagamento do mês de abril/2008. Diante do exposto entendemos que a recomendação foi integralmente atendida.

Encontram-se em andamento elaboração de estudo e discussões técnicas sobre a concessão destes auxílios com a finalidade de aprimorar os fluxos de concessão e racionalizar procedimentos das áreas responsáveis pela instrução destes processos.



RELATÓRIO N°: 207999

1. Item do Relatório de Auditoria: 1.1.1.1 - PROGRAMAÇÃO DOS OBJETIVOS E METAS

Relatório N° : 207999

Item do Relatório de Auditoria: 1.1.1.1 - Programação dos objetivos e metas

Recomendação 01:

Elaborar indicadores que representem a totalidade das diversas atividades da CGLSG.

Setor Responsável: CGLSG

Providências Adotadas

No exercício de 2008 foi desenvolvido e implantado em todas as áreas vinculadas à Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais, os indicadores de desempenho que mensuram todas as atividades desenvolvidas nesta Coordenação-Geral que possibilitam a constatação de desempenho no desenvolvimento das atividades de cada órgão vinculado.

A implantação ocorreu no mês de setembro/2008.

Item do Relatório de Auditoria: 1.1.3 – RECURSOS DISPONÍVEIS

IMPROPRIEDADE/FALHAS RELATIVAS À UTILIZAÇÃO DO CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL - CPGF

RECOMENDAÇÃO: 001

Abster-se de utilizar suprimento de fundos para:

- aquisições de materiais e serviços que possam submeter-se ao processo normal de aplicação (art. 68 da Lei nº 4.320/64 e art. 45 do Decreto nº 93.872/86);
- aquisições de materiais e serviços para cumprir a mesma função de outros já fornecidos pela administração pública, com inobservância aos princípios da economicidade e impessoalidade;
- aquisições de materiais e serviços dispensáveis, ou com especificações acima do necessário para a administração pública (princípio da economicidade);
- aquisições de materiais de procedência duvidosa (princípios da moralidade e economicidade).

RECOMENDAÇÃO: 002

Abster-se de aprovar prestação de contas relativa à realização de despesas com CPGF em cujo processo:

- não esteja devidamente justificada a realização de saques em espécie § 2º do art. 2º do Decreto nº 5.355/2005 e § 2º do art. 4º da Portaria MPOG nº 41/2005);
- esteja caracterizado o fracionamento de despesas de pequeno vulto (§ 2º do art. 2º da Portaria MF nº 95/2002);
- constem comprovantes de despesas sem valor fiscal, ou sem a discriminação dos materiais ou serviços adquiridos;
- figurem valores divergentes dos correspondentes saldos contabilizados no SIAFI.

RECOMENDAÇÃO: 003

Incluir entre os procedimentos de prestação de contas o ressarcimento ao erário público de valores pagos referentes a multa/juros por atraso no pagamento de fatura do CPGF, observando, desta forma, o disposto no item 4.1.3 da Macro função 02.11.21 do Manual do SIAFI.

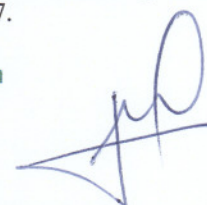
Providências adotadas

Em 11 de março de 2008, foi constituído Grupo de Trabalho pela Portaria/SPOA nº 27 para propor medidas necessárias ao fiel cumprimento do que estabelece o Decreto nº 6.370 de 1º/02/2008, que dispõe sobre a utilização do CPGF. O GT apresentou como proposta minutas de Portaria e Norma Operacional que deram origem a Portaria/MPS nº 98, publicada no DOU em 28/03/2008 e a Norma Operacional/SPOA nº 1 publicada no DOU em 24/04/2008.

Mediante o exposto entendemos como atendidas as recomendações 01, 02 e 03.

RECOMENDAÇÃO: 004

Efetuar o recolhimento ao erário do valor relativo às refeições de terceiros custeadas com recursos públicos durante viagens do Ministro de Estado da Previdência Social no exercício de 2007 - R\$ 448,17.



ESCLARECIMENTO:

Consta na folha 37 do Anexo I - Demonstrativo das Constações do Relatório de Auditoria nº 207999 – Exercício 2007 da SE/MPS, processo nº 44000.000250/2008-81, apresentado pela CGU, a relação de valores de notas fiscais e respectivos valores a ressarcir. Ocorre que das 4 (quatro) notas relacionadas, 2 (duas), nos valores de R\$ 150,00 e R\$ 200,00 não constam nos respectivos processos de prestação de contas do suprido, conforme cópias do Anexo IV. Em relação às duas restantes, nos valores de R\$ 110,55 e R\$ 210,54, tratam-se de despesas com comitivas ministeriais oficiais nos termos do art. 1º do Decreto nº 941, de 27/9/1993, em vigor na época de realização da primeira despesa.

SETOR RESPONSÁVEL: SPOA

Relatório Nº : 207999

Item do Relatório de Auditoria: 1.1.5.3 Constatação: (021) intempestividade na elaboração de processo licitatório, bem como pagamento irregular por reconhecimento de dívida.

Recomendação 01:

Recomendamos à CGLSG providenciar a apuração de responsabilidade a que deu causa aos pagamentos de dívida sem cobertura contratual, em observância ao parágrafo único, Artigo 59 da Lei 8666/93.

Setor Responsável: CGLSG

Providências Adotadas

No exercício de 2008 a empresa 2MM Eletro Telecomunicações, Comércio e Representações Ltda, vencedora da concorrência nº 01/2007, continuou prestando o serviço de manutenção predial do Ministério da Previdência Social e Trabalho e Emprego.

A Coordenadoria-Geral de Logística e Serviços Gerais não tem a competência regimental para determinar a abertura de procedimento administrativo, no entanto o tema é objeto de trabalho de Grupo de Processos Administrativos Disciplinares designado pela Secretaria Executiva para análise e acompanhamento de casos relacionados a apuração de responsabilidade.

Relatório Nº : 207999

Item do Relatório de Auditoria: 1.1.5.3 Constatação: (021) intempestividade na elaboração de processo licitatório, bem como pagamento irregular por reconhecimento de dívida.

Recomendação 02:

Monitorar os prazos de seus contratos de natureza contínua, no sentido de prevenir o término de vigência de um contrato se a conclusão de procedimento substitutivo, evitando, dessa forma, a realização de despesa sem cobertura contratual.

Setor Responsável: CGLSG

Providências Adotadas

Foi determinado à Coordenadoria de Licitações e Contratos que melhor monitore os vencimentos dos contratos de natureza contínua, visando evitar a descontinuidade do serviço e conseqüentemente o pagamento da despesa sem a respectiva cobertura contratual.

Relatório Nº : 207999

Item do Relatório de Auditoria: 1.1.4.5 Constatação: (023) pagamento de prestação de serviço sem cobertura contratual.

Recomendação 01:

Recomendamos ao gestor encaminhar a esta CGU os resultados do PAD que trata da apuração de responsabilidade pelo pagamento sem cobertura contratual.

Setor Responsável: SPOA

Providências Adotadas

Foram abertos os processos administrativos nº.s 44000.001503/2007-52, 44000.001718/2007-73 e 44000.001263/2007-96.

A Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais não tem a competência regimental para acompanhar ou controlar os trabalhos de apuração.



PREVIDÊNCIA SOCIAL

Ministério da Previdência Social



Item do Relatório de Auditoria: 5.3.3.1 – PAGAMENTOS INDEVIDOS DE INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE

RECOMENDAÇÃO: 001

Observar as normas relativas à concessão de Indenização de Transporte.

RECOMENDAÇÃO: 002

Promover, caso não sejam informadas as atividades desenvolvidas, o levantamento e restituição das importâncias pagas aos servidores da APE-GR, por não estarem amparadas no Dec. Nº 3.184/99 (itens 1 e 2)

6.3 Providências adotadas:

Foi encaminhado o Memorando nº 06/2008/CGRH/SPOA/MPS, de 08 de janeiro de 2008 à Assessoria de Pesquisa Estratégica e de Gerenciamento de Riscos-APE-GR para conhecimento da recomendação efetuada pela Controladoria-Geral da União, quanto à necessidade das informações das atividades desenvolvidas pelos servidores daquela Assessoria e ainda, restituídas as “Declarações de Realização de Serviços Externos” dos servidores para que fossem atendidas as recomendações.

Aquela Assessoria atendeu as recomendações.

Relatório Nº : 207999

Item do Relatório de Auditoria: 6.1.1.1 – Improriedades e falhas em procedimentos e processos licitatórios para contratação de serviços.

Recomendação 01:

Planejar a execução dos eventos a serem realizados pelo MPS com vista à racionalização dos Gastos.

Setor Responsável: SPOA

Providências Adotadas

O Contrato Administrativo nº 52/2007, firmado com a empresa DIALOG SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E EVENTOS LTDA, para prestação de serviço de organização de eventos, serviços correlatos e suporte, venceu no dia 15/12/2008 e não foi renovado.

Durante o período em que estava vigente o contrato acima, o Ministério da Previdência Social adotou medidas visando instruir processo específico para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de eventos. Assim, foi aberto o processo nº 44000.002855/2008-14, que após os trâmites de praxe resultou na divulgação do Pregão Eletrônico nº 03/2009, realizado no dia 28/01/2009, sendo vencedora do certame a empresa ZZ3 PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA, com sede em Florianópolis – SC e valor global anual de R\$ 2.353.719,14 (dois milhões, trezentos e cinquenta e três mil, setecentos e dezenove reais e quatorze centavos).

Relatório Nº : 207999

Item do Relatório de Auditoria: 6.1.1.1 – Improriedades e falhas em procedimentos e processos licitatórios para contratação de serviços.

Recomendação 02:

Realizar adesão ao registro de preço somente se for verificada a devida vantagem na adesão e economicidade em relação à realização de licitação.

Setor Responsável: SPOA

Providências Adotadas:

O Ministério da Previdência Social adotou medidas visando instruir processo específico para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de eventos. Assim, foi aberto o processo nº 44000.002855/2008-14, que após os trâmites de praxe resultou na divulgação do Pregão Eletrônico nº 03/2009, realizado no dia 28/01/2009, sendo vencedora do certame a empresa ZZ3 PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA, com sede em Florianópolis – SC e valor global anual de R\$ 2.353.719,14 (dois milhões, trezentos e cinquenta e três mil, setecentos e dezenove reais e quatorze centavos).

Relatório Nº : 207999

Item do Relatório de Auditoria: 6.1.1.1 – Improriedades e falhas em procedimentos e processos licitatórios para contratação de serviços.

Recomendação 03:



Proteção para o trabalhador e sua família



Eximir-se de realizar contratação emergencial para serviços dessa natureza por não serem considerados serviços com características essenciais.

Setor Responsável: SPOA

Providências Adotadas:

O Ministério da Previdência Social adotou medidas visando instruir processo específico para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de eventos. Assim, foi aberto o processo licitatório nº 44000.002855/2008-14, que após os trâmites de praxe resultou na divulgação do Pregão Eletrônico nº 03/2009, realizado no dia 28/01/2009, sendo vencedora do certame a empresa ZZ3 PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA, com sede em Florianópolis – SC e valor global anual de R\$ 2.353.719,14 (dois milhões, trezentos e cinquenta e três mil, setecentos e dezenove reais e quatorze centavos).

Relatório Nº : Anexo I ao Relatório de Auditoria Nº 1989536/2007

Item do Relatório de Auditoria: 1.1.1.1 – Ausência de indicadores de desempenho que possibilitem avaliar o cumprimento da missão institucional da unidade.

Recomendação 01:

Implementar indicadores aferidores do desempenho na gestão de outras atividades finalísticas, tais como prazos médios dos diversos procedimentos licitatórios utilizados, índices de qualidade dos serviços e das compras realizadas, nível de satisfação dos usuários, índices relativos a perdas e extravios de bens patrimoniais, além de encaminhar a esta SFC/CGU os padrões, parâmetros e resultados desses indicadores.

Setor Responsável: SPOA

Providências Adotadas:

Com relação às recomendações acima, o rol de indicadores foi submetido a uma primeira revisão, e foram reavaliados pelo Grupo de Trabalho constituído pela Portaria SPOA nº 101 de 9/10/2008, de forma a atender a recomendação de maior abrangência e densidade conceitual e metodológica dos indicadores, que após validação serão implementados em 2009.

Relatório Nº : Anexo I ao Relatório de Auditoria Nº 1989536/2007

Item do Relatório de Auditoria: 4.1.2.1 – PRORROGAÇÃO DE CONTRATO SEM AUTORIZAÇÃO SUPERIOR

Recomendação 01:

Providenciar a anulação do contrato em questão, apurar a responsabilidade de quem deu causa ao ato praticado sem autorização superior e com adulteração de documento, e providenciar abertura de TCE, tendo em vista o indicativo de que os preços pactuados estão acima dos praticados no mercado, conforme Nota da Consultoria Jurídica do MPS.

Setor Responsável: SPOA

Providências Adotadas:

Foi aberto Processo Administrativo Disciplinar, número 44000.000213/2008-72 com a finalidade específica de apurar a responsabilidade de quem deu a causa para a renovação de contrato sem autorização superior. O Processo já foi concluído pela Comissão de Processo Administrativo Disciplinar e encontra-se na Consultoria Jurídica para parecer.

Por intermédio do Pregão Eletrônico nº 29/2007, a empresa SEVIG COMÉRCIO E EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS, foi vencedora do certame licitatório e no exercício de 2008, executou os serviços de manutenção do sistema de segurança deste Ministério.

Item do Relatório de Auditoria: 4.2.1.2 – PAGAMENTO E REALIZAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DAS INFORMAÇÕES DA GFIP, PELA CEF, SEM O DEVIDO RESPALDO CONTRATUAL.

RECOMENDAÇÃO: 001

Providenciar o processo licitatório para a contratação dos serviços em questão.

Apurar responsabilidade de quem deu causa à realização de despesa sem a devida cobertura contratual.

Desenvolver planilhas de cálculo que demonstrem mês a mês, por quantitativos de serviços prestados, a composição dos valores efetivamente realizados nos exercícios de 2005 e 2006.

Providências adotadas

Reiteramos os termos do Ofício/SPOA nº 77 de 05/06/2008, onde a SPOA encaminhou as planilhas solicitadas e outros documentos pertinentes ao assunto. Quanto à apuração de responsabilidade o processo encontra-se com o Grupo de Trabalho de Processos Administrativos Disciplinares. Vale ressaltar os temas relativos à GFIP estão sob a responsabilidade do Ministério da Fazenda conforme explicitado no Ofício MPS/SE/SPOA nº 74, de 29/5/2008.

Mediante o exposto entendemos que a recomendação foi atendida em sua integralidade.

Relatório Nº : Anexo I ao Relatório de Auditoria Nº 1989536/2007

Item do Relatório de Auditoria: 5.1.1.1 – PENDÊNCIAS DO RELATÓRIO DE AUDITORIA DE GESTÃO Nº 175151.

Recomendação 01:

Quanto ao item 4.1.1.1, adotar providências para a resolução da questão dos bens que ainda não foram localizados, apurando, se for o caso, responsabilidade.

Setor Responsável: CGLSG

Providências Adotadas:

A Divisão de Patrimônio sofreu total reformulação na sua forma de atuação, acompanhamento, monitoramento, distribuição e fiscalização dos bens patrimoniais pertencentes ao acervo do Ministério da Previdência Social. Algumas ações foram de fundamental importância para a solução do problema constante na recomendação da CGU, dentre as quais podemos citar:

- a) Encaminhamento de solicitação de posicionamento dos responsáveis pela guarda de bens de cada área para localizar os 139 bens não localizados;
- b) Nomeação pelo Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração de Comissão Especial de Inventário que entre outras contribuições sugeriu uma série de melhorias nos procedimentos de localização e controle patrimonial;
- c) A determinação da renovação de assinatura de todos os Termos de Responsabilidade, bem como verificação “in loco” dos bens pertencentes a cada área; e
- d) O treinamento/reciclagem dos servidores da seção de patrimônio visando melhor explorar o programa de controle patrimonial.

Número de relatório:

Nota Técnica CGU nº 670/2008/DPAS/DS /SFC – CGU-PR.

RECOMENDAÇÃO: 001

Promover gestão junto ao MPOG objetivando a contratação de profissionais da área de Tecnologia da Informação através de concurso público.

Setor responsável pela implementação:

Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração por meio da Coordenação Geral de Recursos Humanos

Providências adotadas (ou justificativa para o caso de não cumprimento):

Os esforços para recomposição da força de trabalho do MPS remontam ao ano de 2005, quando se inicia uma série de gestões junto ao Ministério do Planejamento no sentido de dotar esta Pasta de um quadro de servidores exclusivamente selecionados, via Concurso Público, para compor o efetivo, em atendimento às recomendações da CGU, do Tribunal de Contas da União e do Ministério Público do Trabalho.

A questão da contratação de profissionais para a área de Tecnologia da Informação está inserida neste contexto, sendo que, não existe previsão legal para o quantitativo necessário ao atendimento das necessidades de gestão desta área. Em que pese tal limitador, desde março de 2008, foram realizadas reuniões técnicas envolvendo representantes das duas Pastas, objetivando equacionar tal situação e deflagrar o Concurso Público para ingresso de novos servidores no MPS, ainda este ano, para atendimento das necessidades de pessoal em todas as áreas do Ministério.

De acordo com as informações da Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGRH/SPOA não existe indicadores para contratação de profissional da área de TIC por Concurso Público, o que depende de criação de cargos a ser definido em Projeto de Lei.

Visando resolver temporariamente a carência desses profissionais no MPS, foi elaborada em caráter emergencial a solicitação de contratação de profissionais da área de Tecnologia da Informação por tempo determinado pelo

Memorando nº 496/CGI, de 04/07/2008, o qual encaminhou a Nota Técnica nº 08/2008, solicitação fundamentada na Lei n. 8.745 de 09 de dezembro de 2003, para atender, as necessidades temporárias de excepcional interesse público, nos termos do Inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal.

Com base na solicitação da CGI/SPOA e de outras áreas e nos termos da Lei nº 11.784 de 22/09/2008 que alterou a Lei 8.745, foi apresentada pela SPOA proposta de contratação temporária por tempo determinado que se encontra em análise pelas autoridades competentes do MPS.

Entende-se, portanto, que a recomendação foi atendida ao que compete a todas as unidades subordinadas à SPOA.

Número de relatório:

Nota Técnica CGU nº 670/2008/DPAS/DS /SFC – CGU-PR.

RECOMENDAÇÃO: 002

Rever a forma de mensuração de serviços das próximas contratações, adotando a mensuração por resultado e não por posto de serviço, conforme recomendação do TCU e CGU.

Setor responsável pela implementação:

Coordenação Geral de Informática

Providências adotadas (ou justificativa para o caso de não cumprimento):

O MPS promoveu um processo licitatório para a prestação dos serviços de TIC, por meio da Concorrência Pública n. 01/2008, cuja abertura estava prevista para o dia 31/03/2008. Por força de uma medida judicial o certame está suspenso e encontra-se em fase de subsídios ao agravo. Entendemos que o Projeto Básico que deu origem ao Edital publicado pelo MPS foi elaborado no limite das possibilidades atuais de contratação da prestação de serviços de tecnologia da informação no Setor Público.

No entanto, em atenção às recomendações da CGU, o MPS promoveu, em caráter de extrema urgência, uma completa revisão do Projeto Básico de contratação dos serviços em questão, de forma a adotar a aferição de níveis de serviço e a mensuração por métricas para os diversos tipos de serviços contratados, incluindo Pontos de Função para as atividades de desenvolvimento de sistemas.

A Concorrência Pública n. 01/2008 foi revogada no dia 01/07/2008, publicada no DOU n. 124, através de despacho emitido pela SPOA, em 30 de junho de 2008. A revogação se deu com base em subsídios administrativos e técnicos, apresentados pela CGI/SPOA em sua Nota Técnica n. 006/CGI, de 30 de junho de 2008.

Por todos esses motivos uma revisão deste processo mereceu o máximo de tempo, rigor e cuidados na sua elaboração. Mas de toda forma é compromisso deste Ministério concretizá-lo no menor prazo possível.

Foram elaborados dois processos licitatórios, um Projeto Básico na modalidade Concorrência (Técnica e Preço), onde foram inseridas formas de mensuração mantendo aferição de níveis de serviço e a mensuração por métricas para os diversos tipos de serviços contratados, incluindo Pontos de Função para as atividades de desenvolvimento de sistemas e um Termo de Referência para a modalidade Pregão, onde foram inseridos relatórios de controle e acordo de níveis de serviços.

O Pregão Eletrônico nº. 20/2008 e a Concorrência 003/2008 foram realizadas, encontrando-se em fase de adjudicação e homologação dos resultados.

Diante do exposto, entende-se que a recomendação foi atendida no que se refere a forma de contratação quando da elaboração dos novos processos, adotando inovações quanto as métricas, Acordo de Níveis de Serviço e contratação por Ponto de Função.

Número de relatório:

Nota Técnica CGU nº 670/2008/DPAS/DS /SFC – CGU-PR.

RECOMENDAÇÃO: 003

Remunerar os serviços de Desenvolvimento de Sistemas somente pelos serviços efetivamente prestados segundo as etapas previstas em metodologia de desenvolvimento de sistemas amplamente conhecida como o RUP (Rational Unified Process).

Setor responsável pela implementação:

Coordenação Geral de Informática



PREVIDÊNCIA SOCIAL
Ministério da Previdência Social

Providências adotadas (ou justificativa para o caso de não cumprimento):

Conforme resposta apresentada no questionamento 002, o MPS efetuou uma completa revisão no Projeto Básico de contratação dos serviços de TIC, visando, entre outras alterações, adequar as metodologias atualmente utilizadas e aprimorar os conceitos e definições na especificação dos serviços objeto de contratação, como desenvolvimento de sistemas, manutenção, suporte, etc.

A revisão do Projeto Básico levou uma grande evolução na elaboração do mesmo, visando aperfeiçoá-lo e agregar avanços na solução dos problemas estruturais, de forma a adotar a aferição de Níveis de Serviço e mensuração por Ponto de Função para as atividades de desenvolvimento de sistemas e por resultados obtidos da horas-técnicas trabalhadas dos demais serviços.

A recomendação foi atendida no sentido de adequação da metodologia já utilizada por este MPS.

Número de relatório:

Nota Técnica CGU nº 670/2008/DPAS/DS /SFC – CGU-PR.

RECOMENDAÇÃO: 004

Criar procedimentos que permitam um efetivo controle dos serviços prestados nos aspectos quantitativo e qualitativo, visando mensurar adequadamente os serviços prestados pela contratada.

Setor responsável pela implementação:

Coordenação Geral de Informática

Providências adotadas (ou justificativa para o caso de não cumprimento):

A SPOA está desenvolvendo novos procedimentos, rotinas e ferramentas buscando aperfeiçoar o processo de fiscalização e gestão dos contratos firmados pelo MPS.

Dentro da revisão do Projeto Básico, citado anteriormente, serão contempladas equipes específicas de apoio à fiscalização de todos os serviços do contrato, além de procedimentos, rotinas e ferramentas de gestão buscando aprimorar o controle dos serviços nos aspectos qualitativos e quantitativos.

Adicionalmente neste trabalho de revisão, foi inserido Acordo de Níveis de Serviços, buscando estabelecer parâmetros claros não só qualitativos e quantitativos, mas também a possibilidade de imposição de glosas financeiras decorrentes da aferição dos níveis de serviços estabelecidos.

A recomendação foi atendida na ocasião da revisão dos processos, Projeto Básico e um Termo de Referência para contratações nas modalidades Técnica e Preço e Pregão Eletrônico, respectivamente.

A medida visou atender às recomendações da Controladoria Geral da União – CGU e do Tribunal de Contas da União – TCU.

Número de relatório:

Nota Técnica CGU nº 670/2008/DPAS/DS /SFC – CGU-PR.

RECOMENDAÇÃO: 005

Realizar a contratação de serviços de desenvolvimento de sistemas separadamente, por demanda, evitando-se contratos de natureza continuada.

Setor responsável pela implementação:

Coordenação Geral de Informática

Providências adotadas (ou justificativa para o caso de não cumprimento):

Na revisão do Projeto Básico, está previsto que a execução dos serviços de desenvolvimento de sistemas deverá ser operacionalizada por demandas, e em razão disso, o pagamento de tais serviços somente será efetivado mediante a apresentação, integral ou parcial, dos serviços prestados devidamente atestados. Recomendação atendida na revisão do projeto Básico.

Número de relatório:

Nota Técnica CGU nº 670/2008/DPAS/DS /SFC – CGU-PR.

RECOMENDAÇÃO: 006



Proteção para o trabalhador e sua família

Realizar levantamento de demandas de desenvolvimento de sistemas no âmbito do MPS, com vistas a comprovar a necessidade de contratação dos serviços.

Setor responsável pela implementação:
Coordenação Geral de Informática

Providências adotadas (ou justificativa para o caso de não cumprimento):

Dentro do escopo da revisão do Projeto Básico, está contemplado o aprimoramento de uma sistemática de identificação, priorização e levantamento das necessidades de desenvolvimento de sistemas.

Consta no novo Projeto Básico a previsão de novos sistemas, após validação com as áreas finalísticas do MPS, conforme exposto na Nota Técnica n. 009/CGI, de 04/07/2008. Recomendação atendida com a elaboração da referida Nota Técnica, que oferece subsídios para quantificar a necessidade de contratação dos Pontos de Função, para o novo Projeto Básico.

Número de relatório:

Nota Técnica CGU nº 670/2008/DPAS/DS /SFC – CGU-PR.

RECOMENDAÇÃO: 007

Adotar providências para regularização de tais questões e, se for o caso, o cancelamento da Concorrência nº 01/2008.

Setor responsável pela implementação:
Coordenação Geral de Informática

Providências adotadas (ou justificativa para o caso de não cumprimento):

A CGI/SPOA por meio da Nota Técnica n. 006, de 30 de junho de 2008, ofereceu subsídios administrativos e técnicos, embasando tomada de decisão quanto a revogação da Concorrência n. 01/2008, nos termos do Artigo 49 do estatuto das licitações – Lei n. 8.666/93 e dos Artigos 50 e 53 da Lei dos processos administrativos – Lei n. 9.784/99, tendo como consequência imediata a elaboração e aprovação de novo Projeto Básico.

A SPOA, em 30 de junho de 2008 autorizou a REVOGAÇÃO da Concorrência, publicada – DOU 124 de 01/07/2008.

A recomendação foi atendida em 01/07/2008

13. Determinações e Recomendações do TCU

Número da Decisão ou do Acórdão: 891/2008 Plenário

Descrição da determinação ou da recomendação:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação, inicialmente autuados como denúncia, formulada pela empresa Rcam Comércio e Serviços Ltda. contra supostas irregularidades contidas no edital de concorrência nº 1/2008, referente à contratação de empresas especializadas para prestação de serviços técnicos na área de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC, a serem executados de forma continuada, no âmbito do Ministério da Previdência Social - MPS,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente Representação, uma vez satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos no art. 11, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, c/c art. 237, inciso VII, do Regimento Interno para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2. indeferir o requerimento de medida cautelar, inaudita altera pars, formulado pela empresa Rcam Comércio e Serviços Ltda., tendo em vista a inexistência dos pressupostos necessários para adoção da referida medida;

9.3. com fundamento no art. 276, § 2º, do Regimento Interno do Tribunal, determinar a oitiva do Ordenador de Despesa e dos Membros da Comissão de Licitação do Ministério da Previdência Social responsáveis pela Edital da Concorrência nº 001/2008, tipo técnica e preço, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, se manifestem a respeito dos critérios de desempate estabelecidos nos itens 10.6 e 11.2 do edital, por estarem em desconformidade com os termos



do Decreto nº 1.070/1994, bem como do art. 3º da Lei nº 8.248/1991, com a redação que lhe foi conferida pela Lei nº 10.176/2001, além dos arts. 3º, § 2º, e 45, § 2º da Lei nº 8.666/1993;

9.4. determinar à 4ª Secex que acompanhe o cumprimento da determinação do subitem 9.3, retro, sem prejuízo do andamento da decisão definitiva e de eventuais recursos, em decorrência do mandado de segurança impetrado pela empresa Mirante Informática Ltda., contra os termos do edital de concorrência objeto da presente representação;

9.5. encaminhar cópia deste Acórdão, do Relatório e do Voto que o acompanham à representante, ao Ministério da Previdência Social e à Secretaria da Receita Federal para que esta última adote as providências cabíveis quanto ao fato de as empresas Mirante Informática Ltda. e a empresa Poliedro Informática, Consultoria e Serviços Ltda., possuírem o mesmo CNPJ - nº 02.660.447/0001-12 -, e o mesmo endereço no SHC/Sul, Quadra 506, Bloco B, nº 21, Brasília/DF

Setor responsável pela implementação:

Comissão Especial de Licitação, SPOA e CGI

Providências Adotadas:

Foram encaminhadas respostas às oitivas do Ordenador de Despesa e da Comissão Especial de Licitação, através dos Ofícios SPOA/69/2008, de 19 de maio de 2008, e CEL/02/2008, de 27 de maio de 2008, resumidamente afirmando que o processo encontrava-se, naquele momento, suspenso por Decisão proferida no Mandado de Segurança Individual, despachado no Plantão Judiciário, interposto pela empresa Mirante Informática Ltda., porém que o equívoco constatado na representação junto ao TCU, formulada pela empresa RCAM Comércio e Serviços, poderia ter sido facilmente sanado caso houvesse qualquer questionamento administrativo por parte do interessado, o que não ocorreu, e que o referido equívoco em nada prejudicaria o certame licitatório, eis que não restringia a participação de nenhuma empresa, não oferecia vantagem para outra, em detrimento das demais e também não influenciaria na formação das propostas.

Em 30/06, através da Nota Técnica CGI/06/2008, o MPS revogou o Edital de Concorrência 01/2008 e autorizou a abertura de novo processo licitatório para a contratação de empresa(s) especializada(s) para a prestação de serviços de TIC, tendo em vista o impasse judicial e atendendo recomendações da CGU, no sentido de promover uma completa reformulação do Projeto Básico.

Número da Decisão ou do Acórdão: 1445/2008 Plenário

Descrição da determinação ou da recomendação:

[NATUREZA] REPRESENTAÇÃO: Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária de 30/7/2008, quanto ao processo a seguir relacionado; Considerando que o titular da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Administração e os membros da comissão de licitação do Ministério da Previdência Social atenderam tempestivamente à determinação contida no subitem 9.3 do Acórdão nº 891/2008-TCU-Plenário, proferido na Sessão de 14/5/2008, publicado na Ata nº 18/2008-Plenário; **ACORDAM**, por unanimidade, com fundamento nos art. 1º, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os art. 169, inciso IV, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, e de acordo com o parecer da unidade técnica, em determinar o arquivamento do presente processo, em vista de ter cumprido o objetivo para o qual foi constituído e o envio de cópia desta deliberação, da instrução técnica de fls. 205/206 e despacho de fl. 212 ao órgão e à empresa interessada.

Setor responsável pela implementação:

Comissão Especial de Licitação, SPOA e CGI

Providências Adotadas

Tomar conhecimento.

14. Atos de Admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício

A Unidade Regimental com competência sobre a matéria de admissão, desligamento aposentadoria e pensões, informou a manutenção e controle de lançamentos dos atos no SISAC.

Tabela 73 Quantidade de Atos Registrados no SISAC

ATOS	QUANTIDADE	REGISTRADOS NO SISAC
------	------------	----------------------



PREVIDÊNCIA SOCIAL

Ministério da Previdência Social



Admissão	-	-
Desligamento	11	11
Aposentadoria	8	8
Pensão	2	2

Está prevista na ação estratégica de aperfeiçoamento de Gestão de Pessoas em 2009, a implementação de um projeto de ampla revisão do processo de concessão de aposentadorias e pensões, objetivando aperfeiçoar as práticas atuais e dar maior aderência aos marcos regulatórios, bem como o acompanhamento sistemático do estoque.

15. Dispensas de instauração de TCE cujo envio ao TCU foi dispensado

Não se aplica

16. Informações sobre a composição de Recursos Humanos

Tabela 74

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa R\$	Qtde	Despesa R\$	Qtde	Despesa R\$
Servidores Ativos do quadro próprio em exercício na unidade	503	1.910.951,08	490	2.018.917,21	489	2.357.967,57
Funcionários Contratados - CLT em exercício na Unidade	-		-		-	
Total Pessoal Próprio	503	1.910.951,08	490	2.018.917,21	489	2.357.967,57

Tabela 75

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Ocupantes de funções de confiança, sem vínculo	52	156.305,11	70	296.990,29	64	316.249,91

Tabela 76

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Contratações temporárias (Lei 8.745/1993)	21	91.290,54	38	141.880,04	33	182.279,13

Observação trata-se de matéria de Competência da CGLSG exceto os estagiários e menor aprendiz que é competência da CGRH.

Tabela 77

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Terceirizado					98	



Proteção para o trabalhador e sua família



PREVIDÊNCIA SOCIAL
Ministério da Previdência Social



Vigilância/Limpeza						
Pessoal Terceirizado/Apoio Administrativo					178	
Pessoal Terceirizado outras atividades					158	
Estagiários	114	125.953,89	114	220.119,63	141	282.841,97
Menor Aprendiz	75	606.146,90	75	666.920,46	75	670.685,21
Total Pessoal Terceirizado + Estagiários						

Observações: O quantitativo de 2006 do Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, com ônus aumentou em razão da incorporação da Secretaria da Receita Previdência ao quadro do MPS.

Tabela 78

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, com ônus	1.785	1.223.170,85	305	567.742,20	289	690.185,81
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, sem ônus	386	-	359	-	396	-
Total Pessoal Requisitado, em exercício na unidade	2.171	1.223.170,85	664	567.742,20	685	690.185,81

Tabela 79

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Cedido pela Unidade, com ônus	178	712.838,09	176	703.035,44	165	1.059.863,61
Pessoal Cedido na Unidade, sem ônus	0	-	0	-	0	-
Total Pessoal Cedido pela Unidade	178	712.838,09	176	703.035,44	165	1.059.863,61

17. Outras Informações Consideradas Pelos Responsáveis Como Relevantes Para a Avaliação da Conformidade e do Desempenho da Gestão

Quantitativo de pessoal por unidade de lotação, incluindo quantitativo de pessoal cedido e requisitado. É insuficiente para atender toda demanda e essa carência de pessoal ocorre pela ausência de Concurso para este Órgão.

Para fins desse relatório de gestão, consideramos o universo de servidores cedidos, com lotação de origem nesta Administração Central, como se estivessem vinculados à Coordenação-Geral de Recursos Humanos, considerando que, ao se afastar para exercer suas atribuições em outros órgãos, o servidor perde seu vínculo funcional com sua unidade anterior, passando a lotação do cargo efetivo na CGRH.

▪ OBSERVAÇÕES



Proteção para o trabalhador e sua família



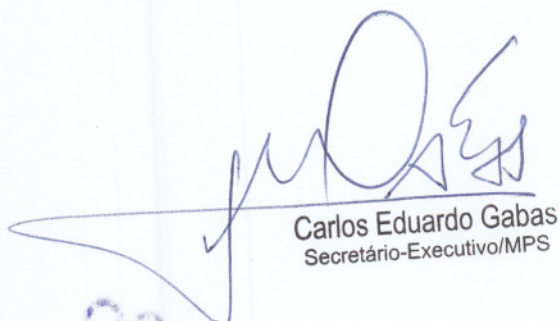
PREVIDÊNCIA SOCIAL

Ministério da Previdência Social

Foi extraído do Demonstrativo de Despesa de Pessoal – DDP/SIAPE, os valores referentes ao pagamento de servidores em relação a sentença judiciais no valor de R\$974.260,96 (novecentos e setenta e quatro mil, duzentos e sessenta reais e noventa e seis centavos) no Exercício de 2008.

18. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins

Não se aplica.



Carlos Eduardo Gabas
Secretário-Executivo/MPS

EM BRANCO